Edição em língua
portuguesa

Legislação

Índice

I	<i>Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade</i>	
	Regulamento (CE) n.º 36/2004 da Comissão, de 9 de Janeiro de 2004, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas	1
★	Regulamento (CE) n.º 37/2004 da Comissão, de 9 de Janeiro de 2004, que altera o Regulamento (CE) n.º 747/2001 do Conselho no que respeita aos contingentes pautais e às quantidades de referência comunitários de certos produtos agrícolas originários de Marrocos	3
★	Regulamento (CE) n.º 38/2004 da Comissão, de 9 de Janeiro de 2004, que altera o Regulamento (CE) n.º 314/2002 que estabelece as normas de execução do regime de quotas no sector do açúcar	13
★	Regulamento (CE) n.º 39/2004 da Comissão, de 9 de Janeiro de 2004, que altera o anexo V do Regulamento (CE) n.º 1260/2001 que estabelece a organização comum de mercado no sector do açúcar	16
★	Regulamento (CE) n.º 40/2004 da Comissão, de 9 de Janeiro de 2004, relativo à prova do cumprimento das formalidades aduaneiras de importação de açúcar num país terceiro, prevista no artigo 16.º do Regulamento (CE) n.º 800/1999 ...	17
★	Regulamento (CE) n.º 41/2004 da Comissão, de 9 de Janeiro de 2004, que altera e rectifica o anexo do Regulamento (CE) n.º 1259/1999 do Conselho que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum	19
	Regulamento (CE) n.º 42/2004 da Comissão, de 9 de Janeiro de 2004, relativo à emissão de certificados de importação de alho para o trimestre de 1 de Dezembro de 2003 a 29 de Fevereiro de 2004	22
	Regulamento (CE) n.º 43/2004 da Comissão, de 9 de Janeiro de 2004, que fixa a restituição máxima à exportação de arroz branqueado estufado de grãos longos B com destino a determinados países terceiros no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 1877/2003	24

Regulamento (CE) n.º 44/2004 da Comissão, de 9 de Janeiro de 2004, relativo às propostas apresentadas para a expedição de arroz descascado de grãos longos B com destino à ilha da Reunião, no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 1878/2003	25
Regulamento (CE) n.º 45/2004 da Comissão, de 9 de Janeiro de 2004, relativo às propostas apresentadas para a exportação de arroz branqueado de grãos redondos com destino a certos países terceiros no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 1875/2003	26
Regulamento (CE) n.º 46/2004 da Comissão, de 9 de Janeiro de 2004, que fixa a restituição máxima à exportação de arroz branqueado de grãos médios e longos A com destino a certos países terceiros no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 1876/2003	27
Regulamento (CE) n.º 47/2004 da Comissão, de 9 de Janeiro de 2004, que fixa o preço do mercado mundial do algodão não descaroçado	28

II Actos cuja publicação não é uma condição da sua aplicabilidade

Comissão

2004/24/CE:

- ★ **Recomendação da Comissão, de 19 de Dezembro de 2003, relativa a um programa coordenado de controlo oficial dos géneros alimentícios para 2004** ⁽¹⁾ [notificada com o número C(2003) 4878]

29

2004/25/CE:

- ★ **Decisão da Comissão, de 22 de Dezembro de 2003, que altera a Decisão 2002/657/CE relativamente à definição de limites mínimos de desempenho requeridos (LMDR) para determinados resíduos em alimentos de origem animal** ⁽¹⁾ [notificada com o número C(2003) 4961]

38

2004/26/CE:

- ★ **Decisão da Comissão, de 22 de Dezembro de 2003, relativa à contribuição financeira da Comunidade para um programa de luta contra os organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais nos departamentos franceses ultramarinos para 2003** [notificada com o número C(2003) 4974]

40

2004/27/CE:

- ★ **Decisão da Comissão, de 23 de Dezembro de 2003, que altera a Decisão 2003/678/CE relativa a uma primeira participação financeira da Comunidade nas despesas elegíveis com a erradicação da gripe aviária nos Países Baixos em 2003** ⁽¹⁾ [notificada com o número C(2003) 4980]

45

2004/28/CE:

- ★ **Decisão da Comissão, de 23 de Dezembro de 2003, que altera as Decisões 2002/799/CE e 2002/943/CE no que diz respeito à reafectação da participação financeira da Comunidade aos programas dos Estados-Membros de erradicação e vigilância de doenças dos animais e às acções de controlo com vista à prevenção de zoonoses em 2003** ⁽¹⁾ [notificada com o número C(2003) 5014]

47

2004/29/CE:

- ★ **Decisão da Comissão, de 23 de Dezembro de 2003, que altera as Decisões 2002/798/CE e 2002/934/CE relativamente à reatribuição da participação financeira da Comunidade para os programas de vigilância de EET dos Estados-Membros para 2003** [notificada com o número C(2003) 5026]

51

⁽¹⁾ Texto relevante para efeitos do EEE

- ★ **Decisão da Comissão, de 23 de Dezembro de 2003, que estabelece condições específicas para a importação de moluscos bivalves, equinodermos, tunicados e gastrópodes marinhos, transformados ou congelados, provenientes do Peru e que revoga as Decisões 2001/338/CE e 95/174/CE⁽¹⁾ [notificada com o número C(2003) 5053]** 53
-

Actos adoptados em aplicação do título V do Tratado da União Europeia

- ★ **Posição comum 2004/31/PESC do Conselho, de 9 de Janeiro de 2004, relativa à imposição de um embargo à exportação de armas, munições e equipamento militar para o Sudão** 55
-

Rectificações

- ★ **Rectificação ao Regulamento (CE) n.º 1789/20003 da Comissão, de 11 de Setembro de 2003, que altera o anexo I do Regulamento (CEE) n.º 2658/87 do Conselho relativo à Nomenclatura Pautal e Estatística e à Pauta Aduaneira Comum (JO L 281 de 30.10.2003)** 57

I

(Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade)

REGULAMENTO (CE) N.º 36/2004 DA COMISSÃO
de 9 de Janeiro de 2004
que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de
certos frutos e produtos hortícolas

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 3223/94 da Comissão, de 21 de Dezembro de 1994, que estabelece regras de execução do regime de importação dos frutos e dos produtos hortícolas ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1947/2002 ⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 1 do seu artigo 4.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 3223/94 prevê, em aplicação dos resultados das negociações comerciais multilaterais do Uruguay Round, os critérios para a fixação pela Comissão dos valores forfetários de importação dos países terceiros, relativamente aos produtos e períodos que especifica no seu anexo.

- (2) Em aplicação dos supracitados critérios, os valores forfetários de importação devem ser fixados nos níveis constantes em anexo,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Os valores forfetários de importação referidos no artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 3223/94 são fixados como indicado no quadro constante do anexo.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 10 de Janeiro de 2004.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 9 de Janeiro de 2004.

Pela Comissão

J. M. SILVA RODRÍGUEZ
Director-Geral da Agricultura

⁽¹⁾ JO L 337 de 24.12.1994, p. 66.

⁽²⁾ JO L 299 de 1.11.2002, p. 17.

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 9 de Janeiro de 2004, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas

(EUR/100 kg)

Código NC	Código países terceiros ⁽¹⁾	Valor forfetário de importação
0702 00 00	052	102,9
	204	43,7
	624	193,8
	999	113,5
0707 00 05	052	127,9
	204	122,9
	220	255,9
	999	168,9
0709 90 70	052	107,3
	204	89,7
	999	98,5
0805 10 10, 0805 10 30, 0805 10 50	052	56,2
	204	55,7
	220	35,5
	388	23,8
	999	42,8
0805 20 10	052	77,9
	204	91,2
	999	84,6
0805 20 30, 0805 20 50, 0805 20 70, 0805 20 90	052	88,3
	624	68,3
	999	78,3
0805 50 10	052	72,5
	400	38,7
	600	57,1
	999	56,1
0808 10 20, 0808 10 50, 0808 10 90	060	43,1
	400	93,0
	404	95,7
	720	84,1
	800	131,2
	999	89,4
0808 20 50	052	51,1
	060	57,4
	064	61,0
	400	87,6
	528	96,9
	720	62,4
	999	69,4

⁽¹⁾ Nomenclatura dos países fixada pelo Regulamento (CE) n.º 2020/2001 da Comissão (JO L 273 de 16.10.2001, p. 6). O código «999» representa «outras origens».

**REGULAMENTO (CE) N.º 37/2004 DA COMISSÃO
de 9 de Janeiro de 2004**

que altera o Regulamento (CE) n.º 747/2001 do Conselho no que respeita aos contingentes pautais e às quantidades de referência comunitários de certos produtos agrícolas originários de Marrocos

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 747/2001 do Conselho, de 9 de Abril de 2001, relativo ao modo de gestão de contingentes pautais e de quantidades de referência comunitários para os produtos passíveis de beneficiar de preferências pautais por força dos acordos concluídos com determinados países mediterrânicos, e que revoga os Regulamentos (CE) n.º 1981/94 e (CE) n.º 934/95 ⁽¹⁾ e, nomeadamente, o n.º 1, alínea b), do seu artigo 5.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Um acordo, sob forma de troca de cartas, foi concluído no dia 22 de Dezembro de 2003 entre a Comunidade Europeia e o Reino de Marrocos respeitante a medidas de liberalização recíprocas e à substituição dos Protocolos n.ºs 1 e 3 do Acordo de Associação CE-Marrocos. Este novo acordo é aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2004, com excepção dos artigos 2.º, 4.º e 5.º do novo Protocolo agrícola n.º 1, a seguir designado «o novo Protocolo n.º 1», relativo às disposições aplicáveis às importações para a Comunidade de produtos agrícolas originários de Marrocos. Estes artigos são aplicáveis a partir de 1 de Outubro de 2003 no âmbito das concessões atribuídas aos tomates.
- (2) O novo Protocolo n.º 1 prevê novas concessões pautais e altera as concessões actuais previstas no anexo 2 do Regulamento (CE) n.º 747/2001, algumas das quais se inserem em contingentes pautais e em quantidades de referência comunitários.
- (3) No que respeita a determinados produtos relativamente aos quais são aplicáveis as concessões pautais existentes no âmbito de quantidades de referência, o novo Protocolo n.º 1 prevê a isenção de direitos aduaneiros quer no âmbito de contingentes pautais, quer para volumes ilimitados.
- (4) A fim de aplicar as concessões pautais previstas no novo Protocolo n.º 1, é necessário modificar o Regulamento (CE) n.º 747/2001.
- (5) Para calcular os contingentes pautais para o primeiro ano de aplicação, excepto para os tomates do código NC 0702 00 00, é necessário prever os volumes dos contingentes pautais cujo período de contingentamento tenha início antes da data de entrada em vigor do novo acordo e reduzir proporcionalmente ao período já decorrido antes dessa data.
- (6) A fim de facilitar a gestão de certos contingentes pautais existentes previstos pelo Regulamento (CE) n.º 747/2001, as quantidades importadas ao abrigo desses contingentes pautais têm de ser tomados em conta para a imputação nos contingentes pautais abertos pelo Regulamento (CE) n.º 747/2001, alterado pelo presente regulamento.
- (7) O novo acordo prevê que os contingentes pautais para os tomates frescos ou refrigerados devem ser aplicáveis a partir de 1 de Outubro de 2003. As quantidades introduzidas em livre prática na Comunidade a partir de 1 de Outubro de 2003 a título dos contingentes pautais existentes para os tomates frescos ou refrigerados em virtude do Regulamento (CE) n.º 747/2001 devem ser contabilizadas a título dos contingentes pautais abertos no âmbito do Regulamento (CE) n.º 747/2001, alterado pelo presente regulamento.
- (8) Nos termos do novo Protocolo n.º 1, o volume do contingente pautal adicional para os tomates frescos e refrigerados aplicável de 1 de Novembro a 31 de Maio é sujeito anualmente ao volume total de tomate originário de Marrocos introduzido em livre prática na Comunidade durante o período precedente de 1 de Outubro a 31 de Maio. Consequentemente, a Comissão deveria, antes de 1 de Novembro, examinar os volumes introduzidos em livre prática durante o período precedente de 1 de Outubro a 31 de Maio e adoptar disposições para aplicar eventuais ajustamentos necessários do volume dos contingentes pautais suplementares.
- (9) No que respeita aos contingentes pautais para tomates frescos ou refrigerados, é necessário prever em conformidade com o novo Protocolo n.º 1 que, durante cada campanha de importação de 1 de Outubro a 31 de Maio, as quantidades não utilizadas dos contingentes pautais mensais possam ser transferidas, em duas datas específicas, para o contingente pautal suplementar aplicável à mesma campanha de importação.
- (10) Em conformidade com o novo Protocolo n.º 1, os volumes dos contingentes pautais relativos a determinados produtos devem ser aumentados de 1 de Janeiro de 2004 a 1 de Janeiro de 2007, com base em quatro fracções anuais idênticas, correspondentes cada uma a 3 % dos referidos volumes.
- (11) Tendo em conta que as provisões previstas pelo presente regulamento devem ser aplicadas a partir da data de aplicação do novo acordo, seria apropriado que este regulamento entre em vigor o mais cedo possível.
- (12) As medidas previstas no presente regulamento são conformes ao parecer do Comité do Código Aduaneiro,

⁽¹⁾ JO L 109 de 19.4.2001, p. 2. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 209/2003 da Comissão (JO L 28 de 4.2.2003, p. 30).

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

O Regulamento (CE) n.º 747/2001 é alterado do seguinte modo:

1. É inserido o seguinte artigo 3.º A:

«Artigo 3.º A

Disposições especiais para contingentes pautais para tomates originários de Marrocos

No que respeita aos tomates do código NC 0702 00 00 introduzidos em livre prática entre 1 de Outubro e 31 de Maio (a “campanha de importação”), os saques sobre os contingentes pautais mensais aplicáveis com o número de ordem 09.1104 durante, respectivamente, os períodos de 1 de Outubro a 31 de Dezembro e 1 de Janeiro a 31 de Março, deixam de poder efectuar-se a 15 de Janeiro e no segundo dia útil na Comissão após 1 de Abril de cada ano. No dia útil seguinte na Comissão, os serviços da Comissão fixam o saldo não utilizado de cada um desses contingentes pautais e colocam-no à disposição no âmbito do contingente pautal adicional aplicável a cada campanha de importação com o número de ordem 09.1112.

A partir dessas datas respectivas, os eventuais saques retroactivos sobre contingentes pautais mensais que deixaram de se aplicar e as eventuais transferências dos volumes não utilizados dos referidos contingentes serão efectuados a título do contingente pautal adicional aplicável a essa campanha de importação.».

2. O anexo II do Regulamento (CE) n.º 747/2001 é substituído pelo texto do anexo do presente regulamento.

Artigo 2.º

1. No que respeita ao período de contingentamento ainda aberto em 1 de Janeiro de 2004, as quantidades, aplicáveis em virtude do Regulamento (CE) n.º 747/2001, que tenham sido introduzidas em livre prática na Comunidade no âmbito dos contingentes pautais com os números de ordem 09.1115, 09.1122, 09.1130, 09.1133, 09.1135, 09.1136 e 09.1137, serão contabilizadas a título dos contingentes pautais respectivos fixados no anexo II do Regulamento (CE) n.º 747/2001, alterado pelo presente regulamento.

2. As quantidades de tomates do código NC 0702 00 00, que tenham sido introduzidas em livre prática na Comunidade em virtude do Regulamento (CE) n.º 747/2001, a partir de 1 de Outubro de 2003, ao abrigo dos contingentes pautais com os números de ordem 09.1116, 09.1189 e 09.1190, serão contabilizadas a título dos contingentes pautais abertos para esses produtos a partir da data referida no anexo II do Regulamento (CE) n.º 747/2001, alterado pelo presente regulamento.

Artigo 3.º

O presente regulamento entra em vigor no dia da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

É aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2004, com excepção dos contingentes pautais indicados no terceiro e quarto parágrafo.

Os contingentes com o número de ordem 09.1104 para tomates do código NC 0702 00 00 aplicam-se a partir de 1 de Outubro de 2003.

O contingente com número de ordem 09.1112 para tomates do código NC 0702 00 00 aplica-se a partir de 1 de Novembro de 2003.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 9 de Janeiro de 2004.

Pela Comissão

Frederik BOLKESTEIN

Membro da Comissão

ANEXO

«ANEXO II

MARROCOS

Sem prejuízo das regras para a interpretação da Nomenclatura Combinada, o descritivo dos produtos tem carácter meramente indicativo, sendo o regime preferencial determinado, no âmbito do presente anexo, pelos códigos NC em vigor na data de aprovação do presente regulamento. Nos casos que são indicados códigos ex da NC, o regime preferencial é determinado pela aplicação conjunta do código NC e do descritivo correspondente.

Contingentes pautais

Número de ordem	Código NC	Código TARIC	Designação das mercadorias	Período de contingentamento	Volume do contingente (toneladas, em peso líquido)	Direito do contingente
09.1135	0603 10 10 0603 10 20 0603 10 40 0603 10 50		Flores e seus botões, cortados para ramos ou para ornamentação, frescos: — Rosas — Cravos — Gladiolos — Crisântemos	de 15.10.2003 a 31.5.2004	3 000	Isenção
				de 15.10.2004 a 31.5.2005	3 090	
				de 15.10.2005 a 31.5.2006	3 180	
				de 15.10.2006 a 31.5.2007	3 270	
				de 15.10.2007 a 31.5.2008 e para cada período a seguir de 15.10 a 31.5	3 360	
09.1136	0603 10 30 0603 10 80		Flores e seus botões, cortados para ramos ou para ornamentação, frescos: — Orquídeas — Outras flores	de 15.10.2003 a 14.5.2004	2 000	Isenção
				de 15.10.2004 a 14.5.2005	2 060	
				de 15.10.2005 a 14.5.2006	2 120	
				de 15.10.2006 a 14.5.2007	2 180	
				de 15.10.2007 a 14.5.2008 e para cada período a seguir de 15.10 a 14.5	2 240	
09.1115	ex 0701 90 50 ex 0701 90 90	10	Batatas temporãs, frescas ou refrigeradas	de 1.12.2003 a 30.4.2004	120 000	Isenção
				de 1.12.2004 a 30.4.2005	123 600	
				de 1.12.2005 a 30.4.2006	127 200	
				de 1.12.2006 a 30.4.2007	130 800	
				de 1.12.2007 a 30.4.2008 e para cada período a seguir de 1.12 a 30.4	134 400	

Número de ordem	Código NC	Código TARIC	Designação das mercadorias	Período de contingenta- mento	Volume do contingente (toneladas, em peso líquido)	Direito do contin- gente
09.1104	0702 00 00		Tomates, frescos ou refrigerados	de 1.10 a 31.10	10 000	Isenção ⁽¹⁾ ⁽²⁾
09.1104	0702 00 00		Tomates, frescos ou refrigerados	de 1.11 a 30.11	26 000	Isenção ⁽¹⁾ ⁽²⁾
09.1104	0702 00 00		Tomates, frescos ou refrigerados	de 1.12 a 31.12	30 000	Isenção ⁽¹⁾ ⁽²⁾
09.1104	0702 00 00		Tomates, frescos ou refrigerados	de 1.1 a 31.1	30 000	Isenção ⁽¹⁾ ⁽²⁾
09.1104	0702 00 00		Tomates, frescos ou refrigerados	de 1.2 a 28/29.2	30 000	Isenção ⁽¹⁾ ⁽²⁾
09.1104	0702 00 00		Tomates, frescos ou refrigerados	de 1.3 a 31.3	30 000	Isenção ⁽¹⁾ ⁽²⁾
09.1104	0702 00 00		Tomates, frescos ou refrigerados	de 1.4 a 30.4	15 000	Isenção ⁽¹⁾ ⁽²⁾
09.1104	0702 00 00		Tomates, frescos ou refrigerados	de 1.5 a 31.5	4 000	Isenção ⁽¹⁾ ⁽²⁾
09.1112	0702 00 00		Tomates, frescos ou refrigerados	de 1.11.2003 a 31.5.2004	15 000	Isenção ⁽¹⁾ ⁽²⁾
				de 1.11.2004 a 31.5.2005	25 000 ⁽³⁾	Isenção ⁽¹⁾ ⁽²⁾
				de 1.11.2005 a 31.5.2006	35 000 ⁽⁴⁾	Isenção ⁽¹⁾ ⁽²⁾
				de 1.11.2006 a 31.5.2007 e para cada período a seguir de 1.11 a 31.5	45 000 ⁽⁵⁾	Isenção ⁽¹⁾ ⁽²⁾
09.1127	0703 10 11 0703 10 19 ex 0709 90 90	50	Cebolas, incluindo cebolas selva- gens da espécie <i>Muscari comosum</i> , frescas ou refrigeradas	de 15.2 a 15.5.2004 de 15.2 a 15.5.2005 de 15.2 a 15.5.2006 de 15.2 a 15.5.2007 e para cada período a seguir de 15.2 a 15.5	8 240 8 480 8 720 8 960	Isenção
09.1102	0703 10 90 0703 20 00 0703 90 00		Chalotas, alho comum, alho-porro e outros produtos hortícolas aliáceos, frescos ou refrigerados	de 1.1 a 31.12.2004 de 1.1 a 31.12.2005 de 1.1 a 31.12.2006 de 1.1 a 31.12.2007 e para os anos seguintes	1 030 1 060 1 090 1 120	Isenção

Número de ordem	Código NC	Código TARIC	Designação das mercadorias	Período de contingentamento	Volume do contingente (toneladas, em peso líquido)	Direito do contingente	
09.1106	ex 0704		Couves, couve-flor, repolho ou couve frisada, couve rábano e produtos comestíveis semelhantes do género <i>Brassica</i> , frescos ou refrigerados, excepto couve chinesa	de 1.1 a 31.12.2004	515	Isenção	
				de 1.1 a 31.12.2005	530		
				de 1.1 a 31.12.2006	545		
				de 1.1 a 31.12.2007 e para os anos seguintes	560		
09.1109	ex 0704 90 90	20	Couve chinesa, fresca ou refrigerada	de 1.1 a 31.12.2004	206	Isenção	
				de 1.1 a 31.12.2005	212		
				de 1.1 a 31.12.2006	218		
				de 1.1 a 31.12.2007 e para os anos seguintes	224		
09.1108	0705 11 00		Repolhudas, frescas ou refrigeradas	de 1.1 a 31.12.2004	206	Isenção	
				de 1.1 a 31.12.2005	212		
				de 1.1 a 31.12.2006	218		
				de 1.1 a 31.12.2007 e para os anos seguintes	224		
09.1110	0705 19 00		— Alfaces (<i>Lactuca sativa</i>), frescas ou refrigeradas, excepto repolhudas	de 1.1 a 31.12.2004	618	Isenção	
	0705 29 00			— Chicórias (<i>Cichorium spp.</i>), frescas ou refrigeradas, excepto <i>witloof</i>	de 1.1 a 31.12.2005		636
	0706				— Cenouras, nabos, beterrabas para salada, cercefi, aipo-rábano, rabanetes e raízes comestíveis semelhantes, frescos ou refrigerados		de 1.1 a 31.12.2006
				de 1.1 a 31.12.2007 e para os anos seguintes	672		
09.1137	0707 00 05		Pepinos, frescos ou refrigerados	de 1.11.2003 a 31.5.2004	5 429	Isenção (!) (°)	
				para cada período a seguir de 1.11 a 31.5	5 600		
09.1113	0707 00 90		Pepininhos (cornichões), frescos ou refrigerados	de 1.1 a 31.12.2004	103	Isenção	
				de 1.1 a 31.12.2005	106		
				de 1.1 a 31.12.2006	109		
				de 1.1 a 31.12.2007 e para os anos seguintes	112		
09.1138	0709 10 00		Alcachofras, frescas ou refrigeradas	de 1.11 a 31.12	500	Isenção (!) (°)	

Número de ordem	Código NC	Código TARIC	Designação das mercadorias	Período de contingenta- mento	Volume do contingente (toneladas, em peso líquido)	Direito do contin- gente
09.1120	0709 40 00 ex 0709 51 00 0709 59 10 0709 59 30 ex 0709 59 90 0709 70 00	90 90	Outros produtos hortícolas, frescos ou refrigerados: — Aipo, excepto aipo-rábano — Cogumelos do género <i>Agaricus</i> , excepto os cogumelos de cultura — Cantarelos — Cepes — Outros cogumelos, excepto os cogumelos de cultura — Espinafres, espinafres da Nova Zelândia e espinafres gigantes	de 1.1 a 31.12.2004 de 1.1 a 31.12.2005 de 1.1 a 31.12.2006 de 1.1 a 31.12.2007 e para os anos seguintes	9 270 9 540 9 810 10 080	Isenção
09.1133	0709 90 70		Aboborinhas, frescas ou refrigeradas	de 1.10.2003 a 20.4.2004 para cada período a seguir de 1.10 a 20.4	13 276 20 000	Isenção ⁽¹⁾ ⁽⁸⁾
09.1143	ex 0710		Produtos hortícolas, não cozidos ou cozidos em água ou vapor, congelados, excepto as ervilhas das subposições 0710 21 00 e ex 0710 29 00 e outras frutas do género <i>Capsicum</i> ou do género <i>Pimenta</i> da subposição 0710 80 59	de 1.1 a 31.12.2004 de 1.1 a 31.12.2005 de 1.1 a 31.12.2006 de 1.1 a 31.12.2007 e para os anos seguintes	10 300 10 600 10 900 11 200	Isenção
09.1125	0711 40 00 0711 51 00 0711 59 00 0711 90 30 0711 90 50 0711 90 80 0711 90 90		Pepinos e pepininhos (cornichões), cogumelos, trufas, milho doce, cebolas, outros produtos hortícolas (excepto frutas do género <i>Capsicum</i> ou do género <i>Pimenta</i>) e misturas de produtos hortícolas, conservados transitoriamente mas impróprios para a alimentação nesse estado	de 1.1 a 31.12.2004 de 1.1 a 31.12.2005 de 1.1 a 31.12.2006 de 1.1 a 31.12.2007 e para os anos seguintes	618 636 654 672	Isenção
09.1126	ex 0712		Produtos hortícolas secos, mesmo cortados em pedaços ou fatias, ou ainda triturados ou em pó, mas sem qualquer outro preparo, excepto cebolas da subposição 0712 20 00 e excepto olivas da subposição ex 0712 90 90	de 1.1 a 31.12.2004 de 1.1 a 31.12.2005 de 1.1 a 31.12.2006 de 1.1 a 31.12.2007 e para os anos seguintes	2 060 2 120 2 180 2 240	Isenção
09.1122	0805 10 10 0805 10 30 0805 10 50 ex 0805 10 80	10	Laranjas frescas	de 1.12 a 31.5	300 000	Isenção ⁽¹⁾ ⁽⁹⁾
09.1130	ex 0805 20 10	05	Clementinas frescas	de 1.11.2003 a 29.2.2004 para cada período a seguir de 1.11 a 28/ /29.2	120 000 130 000	Isenção ⁽¹⁾ ⁽¹⁰⁾
09.1145	0808 20 90		Marmelos frescos	de 1.1 a 31.12	1 000	Isenção

Número de ordem	Código NC	Código TARIC	Designação das mercadorias	Período de contingentamento	Volume do contingente (toneladas, em peso líquido)	Direito do contingente
09.1128	0809 10 00		— Damascos frescos	de 1.1 a 31.12.2004	3 605	Isenção ⁽¹⁾
	0809 20		— Cerejas frescas			
	0809 30		— Pêssegos, incluídas as nectarinas, frescos	de 1.1 a 31.12.2005	3 710	
				de 1.1 a 31.12.2006	3 815	
			de 1.1 a 31.12.2007 e para os anos seguintes	3 920		
09.1134	0810 50 00		Kiwis frescos	de 1.1 a 30.4.2004	257,5	Isenção
				de 1.1 a 30.4.2005	265	
				de 1.1 a 30.4.2006	272,5	
				de 1.1 a 30.4.2007 e para cada período a seguir de 1.1 a 30.4	280	
09.1140	1509		— Azeite de oliveira e respectivas fracções, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados	de 1.1 a 31.12.2004	3 605	Isenção
	1510 00		— Outros óleos e respectivas fracções, obtidos exclusivamente a partir de azeitonas, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados, e misturas desses óleos ou fracções com óleos ou fracções da posição 1509	de 1.1 a 31.12.2005	3 710	
				de 1.1 a 31.12.2006	3 815	
				de 1.1 a 31.12.2007 e para os anos seguintes	3 920	
09.1147	ex 2001 10 00	90	Pepininhos (cornichões), preparados ou conservados em vinagre ou em ácido acético	de 1.1 a 31.12.2004	10 300 toneladas peso líquido escorrido	Isenção
				de 1.1 a 31.12.2005	10 600 toneladas peso líquido escorrido	
				de 1.1 a 31.12.2006	10 900 toneladas peso líquido escorrido	
				de 1.1 a 31.12.2007 e para os anos seguintes	11 200 toneladas peso líquido escorrido	
09.1142	2002 90		Tomates preparados ou conservados, excepto em vinagre ou em ácido acético, excepto tomates inteiros ou em pedaços	de 1.1 a 31.12.2004	2 060	Isenção
				de 1.1 a 31.12.2005	2 120	
				de 1.1 a 31.12.2006	2 180	
				de 1.1 a 31.12.2007 e para os anos seguintes	2 240	

Número de ordem	Código NC	Código TARIC	Designação das mercadorias	Período de contingentamento	Volume do contingente (toneladas, em peso líquido)	Direito do contingente		
09.1119	2004 90 50 2005 40 00 2005 59 00		Ervilhas (<i>Pisum sativum</i>) e feijão verde preparados ou conservados, excepto em vinagre ou em ácido acético, não congelados	de 1.1 a 31.12.2004	10 815	Isenção		
				de 1.1 a 31.12.2005	11 130			
				de 1.1 a 31.12.2006	11 445			
				de 1.1 a 31.12.2007 e para os anos seguintes	11 760			
09.1144	2008 50 61 2008 50 69		Damascos preparados ou conservados de outro modo, sem adição de álcool, com adição de açúcar, em embalagens imediatas de conteúdo líquido superior a 1 kg	de 1.1 a 31.12.2004	10 300	Isenção		
				de 1.1 a 31.12.2005	10 600			
				de 1.1 a 31.12.2006	10 900			
				de 1.1 a 31.12.2007 e para os anos seguintes	11 200			
09.1146	2008 50 71 2008 50 79		Damascos preparados ou conservados de outro modo, sem adição de álcool, com adição de açúcar, em embalagens imediatas de conteúdo líquido não superior a 1 kg	de 1.1 a 31.12.2004	5 150	Isenção		
				de 1.1 a 31.12.2005	5 300			
				de 1.1 a 31.12.2006	5 450			
				de 1.1 a 31.12.2007 e para os anos seguintes	5 600			
09.1105	ex 2008 50 92	20	Polpa de damascos, sem adição de álcool ou de açúcar, em embalagens imediatas de conteúdo líquido com 4,5 kg ou mais	de 1.1 a 31.12.2004	10 300	Isenção		
	ex 2008 50 94	20		de 1.1 a 31.12.2005	10 600			
				de 1.1 a 31.12.2006	10 900			
				de 1.1 a 31.12.2007 e para os anos seguintes	11 200			
09.1148	2008 50 99		Damascos preparados ou conservados de outro modo, sem adição de álcool, sem adição de açúcar, em embalagens imediatas de conteúdo líquido não superior a 4,5 kg	de 1.1 a 31.12.2004	7 416	Isenção		
	ex 2008 70 98			21	pêssegos em metades (incluindo as nectarinas), preparados ou conservados de outro modo, sem adição de álcool ou de açúcar, em embalagens imediatas de conteúdo líquido não superior a 4,5 kg		de 1.1 a 31.12.2005	7 632
							de 1.1 a 31.12.2006	7 848
				de 1.1 a 31.12.2007 e para os anos seguintes	8 064			

Número de ordem	Código NC	Código TARIC	Designação das mercadorias	Período de contingentamento	Volume do contingente (toneladas, em peso líquido)	Direito do contingente		
09.1149	2008 92 51 2008 92 59 2008 92 72 2008 92 74 2008 92 76 2008 92 78		Misturas de frutas, com adição de açúcar, mas sem adição de álcool	de 1.1 a 31.12.2004	103	Isenção		
				de 1.1 a 31.12.2005	106			
				de 1.1 a 31.12.2006	109			
				de 1.1 a 31.12.2007 e para os anos seguintes	112			
09.1123	2009 11 2009 12 00 2009 19		Sumos de laranja	de 1.1 a 31.12.2004	51 500	Isenção (!)		
				de 1.1 a 31.12.2005	53 000			
				de 1.1 a 31.12.2006	54 500			
				de 1.1 a 31.12.2007 e para os anos seguintes	56 000			
09.1192	2009 21 00 2009 29		Sumo de toranja (grapefruit)	de 1.1 a 31.12.2004	1 030	Isenção (!)		
				de 1.1 a 31.12.2005	1 060			
				de 1.1 a 31.12.2006	1 090			
				de 1.1 a 31.12.2007 e para os anos seguintes	1 120			
09.1131	2204 10 19 2204 10 99		Outros vinhos espumantes e vinhos espumosos	de 1.1 a 31.12.2004	98 056 hl	Isenção		
				Outros vinhos de uvas frescas	de 1.1 a 31.12.2005		100 912 hl	
	de 1.1 a 31.12.2006		103 768 hl					
	ex 2204 21 80		72 79 80		de 1.1 a 31.12.2007 e para os anos seguintes		106 624 hl	
					ex 2204 21 84		10 72 79 80	
	ex 2204 21 94		10 30					
	ex 2204 21 98		10 30					
	ex 2204 21 99 2204 29 10 2204 29 65		10					
ex 2204 29 75 2204 29 83	10							
ex 2204 29 84	10 30							
ex 2204 29 94	10 30							
ex 2204 29 98	10 30							
ex 2204 29 99	10							

Número de ordem	Código NC	Código TARIC	Designação das mercadorias	Período de contingente	Volume do contingente (toneladas, em peso líquido)	Direito do contingente
09.1107	ex 2204 21 79 ex 2204 21 80 ex 2204 21 83 ex 2204 21 84	72 72 72 72	Vinhos com as seguintes denominações de origem: Berkane, Saïs, Beni M'Tir, Guerrouane, Zemmour and Zennata, de teor alcoólico adquirido igual ou inferior a 15 % vol. e em recipientes de capacidade não superior a 2 l	de 1.1 a 31.12.2004 de 1.1 a 31.12.2005 de 1.1 a 31.12.2006 de 1.1 a 31.12.2007 e para os anos seguintes	57 680 hl 59 360 hl 61 040 hl 62 720 hl	Isenção

- (1) A isenção só se aplica ao direito *ad valorem*.
- (2) No âmbito deste contingente pautal o direito específico previsto na lista comunitária de concessões na OMC é reduzido para zero, se o preço de entrada não for inferior a 461 euros/tonelada, sendo este o preço de entrada convencional entre a Comunidade Europeia e Marrocos. Se o preço de entrada de um lote for inferior a 2 %, 4 %, 6 % ou 8 % do preço de entrada convencional, o direito aduaneiro específico do contingente será igual, respectivamente, a 2 %, 4 %, 6 % ou 8 % do preço de entrada convencional. Se o preço de entrada de um lote for inferior a 92 % do preço de entrada convencional, aplicar-se-á o direito aduaneiro específico consolidado na OMC.
- (3) Este contingente será reduzido a 5 000 toneladas em peso líquido, no caso em que as quantidades totais de tomates originários do Marrocos, introduzidos em livre prática na Comunidade durante o período de 1 de Outubro de 2003 a 31 de Maio de 2004, excedam o volume de 191 900 toneladas em peso líquido.
- (4) Este contingente será reduzido a 15 000 toneladas em peso líquido, no caso em que as quantidades totais de tomates originários do Marrocos, introduzidos em livre prática na Comunidade durante o período de 1 de Outubro de 2004 a 31 de Maio de 2005, excedam a soma dos volumes dos contingentes pautais mensais com o número de ordem 09.1104 aplicáveis durante o período de 1 de Outubro de 2004 a 31 de Maio de 2005 e o volume do contingente pautal adicional com o número de ordem 09.1112 aplicável durante o período de 1 de Novembro de 2004 a 31 de Maio de 2005. Para a determinação das quantidades totais importadas, é permitida uma tolerância máxima de 1 %.
- (5) Este contingente será reduzido a 25 000 toneladas em peso líquido, no caso em que as quantidades totais de tomates originários do Marrocos, introduzidos em livre prática na Comunidade durante o período de 1 de Outubro de 2005 a 31 de Maio de 2006, excedam a soma dos volumes dos contingentes pautais mensais com o número de ordem 09.1104 aplicáveis durante o período de 1 de Outubro de 2005 a 31 de Maio de 2006 e o volume do contingente pautal adicional com o número de ordem 09.1112 aplicável durante o período de 1 de Novembro de 2005 a 31 de Maio de 2006. Para a determinação das quantidades totais importadas, é permitida uma tolerância máxima de 1 %. Estas disposições serão aplicadas nos volumes de cada contingente pautal adicional que será posteriormente aplicável para o período de 1.11 a 31.5.
- (6) No âmbito deste contingente pautal o direito específico previsto na lista comunitária de concessões na OMC é reduzido para zero, se o preço de entrada não for inferior a 449 euros/tonelada, sendo este o preço de entrada convencional entre a Comunidade Europeia e Marrocos. Se o preço de entrada de um lote for inferior a 2 %, 4 %, 6 % ou 8 % do preço de entrada convencional, o direito aduaneiro específico do contingente será igual, respectivamente, a 2 %, 4 %, 6 % ou 8 % do preço de entrada convencional. Se o preço de entrada de um lote for inferior a 92 % do preço de entrada convencional, aplicar-se-á o direito aduaneiro específico consolidado na OMC.
- (7) No âmbito deste contingente pautal o direito específico previsto na lista comunitária de concessões na OMC é reduzido para zero, se o preço de entrada não for inferior a 571 euros/tonelada, sendo este o preço de entrada convencional entre a Comunidade Europeia e Marrocos. Se o preço de entrada de um lote for inferior a 2 %, 4 %, 6 % ou 8 % do preço de entrada convencional, o direito aduaneiro específico do contingente será igual, respectivamente, a 2 %, 4 %, 6 % ou 8 % do preço de entrada convencional. Se o preço de entrada de um lote for inferior a 92 % do preço de entrada convencional, aplicar-se-á o direito aduaneiro específico consolidado na OMC.
- (8) No âmbito deste contingente pautal o direito específico previsto na lista comunitária de concessões na OMC é reduzido para zero, se o preço de entrada não for inferior a:
- 424 euros/tonelada de 1 de Outubro a 31 de Janeiro e de 1 a 20 de Abril, sendo este o preço de entrada convencional entre a Comunidade Europeia e Marrocos,
 - durante o período de 1 de Fevereiro a 31 de Março aplicar-se-á o preço de entrada "OMC" de 413 euros/tonelada que é mais favorável do que o preço de entrada convencional.
- Se o preço de entrada de um lote for inferior a 2 %, 4 %, 6 % ou 8 % do preço de entrada convencional, o direito aduaneiro específico do contingente será igual, respectivamente, a 2 %, 4 %, 6 % ou 8 % do preço de entrada convencional. Se o preço de entrada de um lote for inferior a 92 % do preço de entrada convencional, aplicar-se-á o direito aduaneiro específico consolidado na OMC.
- (9) No âmbito deste contingente pautal o direito específico previsto na lista comunitária de concessões na OMC é reduzido para zero, se o preço de entrada não for inferior a 264 euros/tonelada, sendo este o preço de entrada convencional entre a Comunidade Europeia e Marrocos. Se o preço de entrada de um lote for inferior a 2 %, 4 %, 6 % ou 8 % do preço de entrada convencional, o direito aduaneiro específico do contingente será igual, respectivamente, a 2 %, 4 %, 6 % ou 8 % do preço de entrada convencional. Se o preço de entrada de um lote for inferior a 92 % do preço de entrada convencional, aplicar-se-á o direito aduaneiro específico consolidado na OMC.
- (10) No âmbito deste contingente pautal o direito específico previsto na lista comunitária de concessões na OMC é reduzido para zero, se o preço de entrada não for inferior a 484 euros/tonelada, sendo este o preço de entrada convencional entre a Comunidade Europeia e Marrocos. Se o preço de entrada de um lote for inferior a 2 %, 4 %, 6 % ou 8 % do preço de entrada convencional, o direito aduaneiro específico do contingente será igual, respectivamente, a 2 %, 4 %, 6 % ou 8 % do preço de entrada convencional. Se o preço de entrada de um lote for inferior a 92 % do preço de entrada convencional, aplicar-se-á o direito aduaneiro específico consolidado na OMC.
- (11) A isenção só se aplica ao direito *ad valorem*, excepto para cerejas frescas para as quais, de 1 a 20 de Maio, se aplica também a isenção do direito específico mínimo.»

**REGULAMENTO (CE) N.º 38/2004 DA COMISSÃO
de 9 de Janeiro de 2004**

que altera o Regulamento (CE) n.º 314/2002 que estabelece as normas de execução do regime de quotas no sector do açúcar

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1260/2001 do Conselho, de 19 de Junho de 2001, que estabelece a organização comum de mercado no sector do açúcar⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 13.º, o n.º 4 do seu artigo 14.º, o n.º 8 do seu artigo 15.º, o n.º 5 do seu artigo 16.º, o n.º 5 do seu artigo 18.º, o n.º 2 do seu artigo 20.º e o segundo parágrafo do seu artigo 41.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Tal como a indústria do álcool, a indústria das leveduras utiliza produtos e subprodutos da indústria do açúcar que não entram na composição do produto acabado mas são necessários à sua elaboração por um processo de fermentação.
- (2) A evolução recente dos mercados, caracterizada, nomeadamente, pela necessidade crescente de melaços da indústria do álcool, traduz-se numa redução das quantidades de melaços de beterraba de elevada qualidade disponíveis para a indústria das leveduras, determinando um maior interesse pela utilização de xaropes de açúcar pela referida indústria. Além disso, a utilização de xaropes de açúcar permite reduzir de forma sensível os prejuízos para o ambiente decorrentes da utilização de melaços pela indústria em causa.
- (3) O Regulamento (CE) n.º 314/2002 da Comissão⁽²⁾ prevê que as quantidades de açúcar invertido ou de xaropes transformadas em álcool ou em rum não entram no cálculo da produção de açúcar para os efeitos dos artigos 13.º a 18.º do Regulamento (CE) n.º 1260/2001.
- (4) De forma a assegurar uma situação equitativa para a indústria das leveduras e a indústria do álcool, é conveniente tornar a disposição supracitada aplicável às quantidades de xaropes transformadas em leveduras vivas.
- (5) Com o objectivo de evitar a utilização abusiva do regime das quotas de produção, é conveniente aplicar um sistema de controlo das empresas que atribuem quotas de produção de açúcar, por um lado, e das empresas que transformam açúcar em álcool, rum ou leveduras, por outro. Importa também prever, nomeadamente, a aprovação das empresas transformadoras e a apresentação de declarações, antes das entregas, pelas empresas que atribuem quotas, de forma a permitir o controlo das quantidades em causa pelas autoridades competentes dos Estados-Membros. Estes controlos, bem como a apro-

vação, devem também aplicar-se às quantidades de xaropes para barrar e xaropes para transformação em «Rinse appelstroop» que, em conformidade com o n.º 2, alínea h), do artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 314/2002, não entram no cálculo da produção de açúcar para os fins dos artigos 13.º a 18.º do Regulamento (CE) n.º 1260/2001. Com vista a permitir a aplicação pelas autoridades competentes de medidas de gestão e controlo, importa tornar as disposições causa aplicáveis a partir de 1 de Fevereiro de 2004.

- (6) De forma a assegurar o controlo da utilização das quantidades de açúcar invertido e de xaropes, bem como a produção correspondente de álcool, rum, levedura, xaropes para barrar e «Rinse appelstroop», é conveniente prever a comunicação pelos Estados-Membros das informações em causa à Comissão.
- (7) No n.º 3, primeiro parágrafo, do artigo 4.ºB do Regulamento (CE) n.º 314/2002, é conveniente distinguir as quantidades de isoglucose, expressas em matéria seca, das quantidades de xarope de inulina, expressas em equivalente de açúcar branco.
- (8) No n.º 5, alínea c), do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 314/2002, respeitante aos compromissos de exportação de uma campanha de comercialização, na acepção do n.º 1, alínea d), do artigo 15.º do Regulamento (CE) n.º 1260/2001, a indicação de que as quantidades em causa são repartidas de forma igual por toda a campanha não é necessária. Por motivos de clareza, importa suprimir a referida disposição.
- (9) Importa, pois, alterar o Regulamento (CE) n.º 314/2002 em conformidade.
- (10) O Comité de Gestão do Açúcar não emitiu qualquer parecer no prazo limite estabelecido pelo seu presidente,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

O Regulamento (CE) n.º 314/2002 é alterado do seguinte modo:

1. No n.º 2 do artigo 1.º, a alínea f) passa a ter a seguinte redacção:

«f) As quantidades de açúcar invertido e de xaropes transformadas em álcool ou em rum, bem como as quantidades de xaropes utilizadas para produzir leveduras vivas;».

⁽¹⁾ JO L 178 de 30.6.2001, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2196/2003 da Comissão (JO L 328 de 17.12.2003, p. 17).

⁽²⁾ JO L 50 de 21.2.2002, p. 40. Regulamento alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1140/2003 (JO L 160 de 28.6.2003, p. 33).

2. É aditado um artigo 1.ºA com a seguinte redacção:

«Artigo 1.ºA

1. As quantidades de produtos referidas no n.º 2, alíneas f) e h), do artigo 1.º são utilizadas por empresas aprovadas pelas autoridades competentes dos Estados-Membros.

As autoridades competentes dos Estados-Membros concedem a aprovação às empresas produtoras de álcool, rum, leveduras, xaropes para barrar e "Rinse appelstroop", a pedido destas, que se comprometem, nomeadamente, a:

- a) Manter um registo diário de existências distinto para as quantidades de matérias-primas e de produtos transformados referidos no n.º 2, alíneas f) e h), do artigo 1.º;
- b) Apresentar, a pedido das mesmas autoridades, quaisquer informações ou documentos justificativos tendo em vista a gestão e o controlo da origem, bem como a utilização das matérias-primas referidas na alínea a);
- c) Permitir às referidas autoridades a realização de controlos administrativos e físicos adequados.

2. Para fins de aplicação do n.º 2, alíneas f) e h), do artigo 1.º, a empresa que atribui as quotas apresentará às autoridades competentes do Estado-Membro, antes das entregas, declarações que especifiquem, nomeadamente:

- a) A natureza, bem como a quantidade, expressa em peso líquido e em equivalente de açúcar branco, dos produtos a entregar;
- b) As referências do transformador aprovado e o local de transformação dos produtos entregues;
- c) O calendário das entregas no local de transformação.

3. As autoridades competentes dos Estados-Membros fixarão, em função das necessidades, os critérios complementares de concessão das aprovações referidos no segundo parágrafo do n.º 1, bem como as condições de apresentação das declarações referidas no n.º 2, nomeadamente as datas de entrega das declarações e o seu prazo de validade. As mesmas autoridades assegurar-se-ão, nomeadamente através de controlos administrativos e físicos, da origem e da transformação das quantidades em causa.

Em cada campanha, as autoridades competentes efectuarão, com base numa análise de risco, controlos físicos no local sem aviso prévio.

A análise de risco tomará em conta, nomeadamente:

- a) As constatações efectuadas no contexto dos controlos realizados nos anos anteriores;
- b) A evolução relativamente ao ano anterior;
- c) O rendimento da matéria-prima em produto transformado.

Os controlos deverão abranger, pelo menos, 10 % das quantidades de açúcar invertido e de xaropes. Caso sejam constatadas irregularidades, os Estados-Membros aumentarão a taxa de controlos em função da gravidade das constatações.

4. No final de cada campanha, os Estados-Membros estabelecerão, para cada empresa que atribua quotas e cada empresa aprovada, as quantidades pertinentes de xarope e de açúcar invertido, bem como a produção correspondente de álcool, rum, leveduras, xaropes para barrar e "Rinse appelstroop".

5. Caso se observe o incumprimento das respectivas condições, a aprovação da empresa será retirada para a campanha em curso e a campanha seguinte. Após um período de privação, a empresa deverá apresentar um novo pedido de aprovação.

6. Os Estados-Membros comunicarão à Comissão, antes de 5 de Setembro de cada ano, no respeitante à campanha anterior:

- a) As quantidades pertinentes, de açúcar invertido e xaropes, bem como a produção correspondente:
 - de álcool, expressa em álcool puro, discriminada em álcool para combustível, rum e outros álcoois,
 - de leveduras vivas, expressa em leveduras prensadas,
 - de xaropes para barrar e "Rinse appelstroop".

b) O resultado dos controlos efectuados ao abrigo do n.º 3, com indicação do respectivo acompanhamento.

c) Os eventuais casos em que a aprovação tenha sido retirada, em conformidade com o n.º 5.».

3. No n.º 3, primeiro parágrafo, do artigo 4.ºB, o primeiro período passa a ter a seguinte redacção:

«Cada empresa a que tenha sido atribuída uma quota de produção de isoglucose ou de xarope de inulina comunicará ao organismo competente do Estado-Membro de produção, antes de 1 de Agosto, as quantidades de isoglucose, expressas em matéria seca, ou as quantidades de xarope de inulina, expressas em equivalente de açúcar branco, de que é proprietária, armazenadas em livre prática no território da Comunidade no final da campanha anterior, discriminadas por:»

4. No n.º 5, primeiro parágrafo, do artigo 6.º, a alínea c) passa a ter a seguinte redacção:

«c) Todas as exportações previsíveis de açúcar, de isoglucose e de xarope de inulina na forma de produtos transformados com restituições ou direitos niveladores fixados para esse efeito durante a referida campanha.».

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Os pontos 1 e 2 do artigo 1.º são aplicáveis a partir de 1 de Fevereiro de 2004.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 9 de Janeiro de 2004.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

REGULAMENTO (CE) N.º 39/2004 DA COMISSÃO
de 9 de Janeiro de 2004
que altera o anexo V do Regulamento (CE) n.º 1260/2001 que estabelece a organização comum de mercado no sector do açúcar

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1260/2001 do Conselho, de 19 de Junho de 2001, que estabelece a organização comum no sector do açúcar ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 15 do seu artigo 27.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O artigo 27.º do Regulamento (CE) n.º 1260/2001 prevê a concessão de restituições à exportação para determinados produtos abrangidos pelo referido regulamento quando são exportados sob a forma de mercadorias mencionadas no anexo V, nomeadamente sob a forma de leveduras vivas dos códigos NC 2102 10 31 e 2102 10 39.
- (2) O n.º 2, alínea f), do artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 314/2002 da Comissão, de 20 de Fevereiro de 2002, que estabelece as normas de execução do regime de quotas no sector do açúcar ⁽²⁾, prevê, a partir de 1 de Fevereiro de 2004, que as quantidades de xaropes de açúcar utilizadas para produzir leveduras vivas não entram no cálculo da produção de açúcar para efeitos do disposto nos artigos 13.º a 18.º do Regulamento (CE) n.º

1260/2001. Por razões de coerência, é conveniente suprimir, a partir dessa mesma data, a possibilidade de conceder restituições à exportação para as quantidades de açúcar utilizadas para produzir leveduras vivas.

- (3) Por conseguinte, o anexo V do Regulamento (CE) n.º 1260/2001 deve ser alterado.
- (4) O Comité de Gestão do Açúcar não emitiu qualquer parecer no prazo limite estabelecido pelo seu presidente,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

No anexo V do Regulamento (CE) n.º 1260/2001, as linhas correspondentes aos códigos NC ex 2102, 2102 10, 2102 10 31 e 2102 10 39 são suprimidas.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

É aplicável a partir de 1 de Fevereiro de 2004.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 9 de Janeiro de 2004.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 178 de 30.6.2001, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2196/2003 (JO L 328 de 17.11.2003, p. 17).

⁽²⁾ JO L 50 de 21.2.2002, p. 40. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 38/2004 (ver página 13 do presente Jornal Oficial).

REGULAMENTO (CE) N.º 40/2004 DA COMISSÃO
de 9 de Janeiro de 2004

relativo à prova do cumprimento das formalidades aduaneiras de importação de açúcar num país terceiro, prevista no artigo 16.º do Regulamento (CE) n.º 800/1999

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1260/2001 do Conselho, de 19 de Junho de 2001, que estabelece a organização comum de mercado no sector do açúcar ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 11, segundo período do segundo travessão do primeiro parágrafo, do seu artigo 27.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento (CE) n.º 1260/2001 prevê que a restituição à exportação dos produtos do sector do açúcar pode ser diferenciada conforme os destinos, quando a situação do mercado mundial ou as exigências específicas de alguns mercados o exigirem.
- (2) O artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2003 da Comissão, de 18 de Julho de 2003, relativo a um concurso permanente, a título da campanha de comercialização de 2003/2004, para a determinação de direitos niveladores e/ou de restituições à exportação de açúcar branco ⁽²⁾, prevê essa diferenciação por exclusão de determinados destinos. De igual modo, a fixação, bimensal ou mensal, consoante o caso, da restituição à exportação de açúcar branco, de açúcar bruto no seu estado inalterado, de xaropes e de certos outros produtos do sector do açúcar, prevista nos artigos 28.º e 30.º do Regulamento (CE) n.º 1260/2001, exclui os mesmos destinos.
- (3) O n.º 11, primeiro parágrafo, do artigo 27.º do Regulamento (CE) n.º 1260/2001 prevê que a restituição seja paga logo que seja produzida prova de que os produtos foram exportados para fora da Comunidade, e, no caso de uma restituição diferenciada, chegaram ao destino indicado no certificado ou outro destino para o qual foi fixada uma restituição.
- (4) O artigo 16.º do Regulamento (CE) n.º 800/1999 da Comissão, de 15 de Abril de 1999, que estabelece regras comuns de execução do regime das restituições à exportação para os produtos agrícolas ⁽³⁾, indica os diferentes documentos que podem constituir a prova do cumprimento das formalidades aduaneiras de importação num país terceiro, em caso de diferenciação da taxa da restituição em função do destino. Segundo essa disposição, a Comissão pode prever, em certos casos específicos a determinar, que a prova da importação referida nos

citado artigo seja considerada produzida através da apresentação de um documento específico ou de qualquer outra forma.

- (5) No sector do açúcar, as operações de exportação são normalmente regidas por contratos definidos como FOB no mercado a prazo de Londres. Em consequência, os compradores assumem, nesse estágio FOB, todas as obrigações do contrato, incluindo a prova do cumprimento das formalidades aduaneiras, sem serem directamente os beneficiários da restituição a que essa prova dá direito. A obtenção dessa prova para o conjunto das quantidades exportadas pode comportar grandes dificuldades administrativas em certos países, o que pode atrasar consideravelmente ou impedir o pagamento da restituição para o conjunto das quantidades efectivamente exportadas.
- (6) Tendo em conta as consequências que essas dificuldades administrativas podem implicar para o equilíbrio do mercado, é conveniente definir provas alternativas de chegada ao destino que ofereçam as garantias necessárias.
- (7) Dado que se trata de uma medida derogatória, é conveniente limitar o seu período de aplicação.
- (8) As dificuldades encontradas resultam da suspensão das restituições à exportação para os países dos Balcãs ocidentais a partir de 8 de Março de 2003. Nestas circunstâncias, e para respeitar o princípio da não discriminação entre operadores da Comunidade e salvaguardar o princípio da igualdade de tratamento, é necessário aplicar o presente regulamento a todas as situações surgidas após 8 de Março de 2003.
- (9) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão do Açúcar,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

1. No que respeita às exportações realizadas em conformidade com o artigo 27.º do Regulamento (CE) n.º 1260/2001 para as quais o exportador não possa produzir as provas referidas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 16.º do Regulamento (CE) n.º 800/1999, em derrogação ao referido artigo 16.º, o produto será considerado como importado num país terceiro mediante a apresentação de um dos três documentos seguintes:

- a) Uma cópia do documento de transporte;

⁽¹⁾ JO L 178 de 30.6.2001, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2196/2003 da Comissão (JO L 328 de 17.12.2003, p. 17).

⁽²⁾ JO L 181 de 19.7.2003, p. 7. Regulamento alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2126/2003 (JO L 319 de 4.12.2003, p. 4).

⁽³⁾ JO L 102 de 17.4.1999, p. 11. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2083/2003 (JO L 313 de 28.11.2003, p. 23).

- b) Um certificado da descarga do produto, emitido por quem por um serviço oficial do país terceiro em causa, quer pelos serviços oficiais de um dos Estados-Membros estabelecidos no país de destino, quer por uma sociedade de vigilância internacional aprovada de acordo com as condições referidas no n.º 5 do artigo 16.º do Regulamento (CE) n.º 800/1999, que certifique que o produto deixou o local de descarga ou, pelo menos, que, tanto quanto é do conhecimento do serviço ou sociedade que emitiu o certificado, o produto não foi objecto de um carregamento consecutivo com vista a uma reexportação;
- c) Um documento bancário emitido por um intermediário aprovado estabelecido na Comunidade que certifique que o pagamento correspondente à exportação em causa foi creditado na conta do exportador aberta no estabelecimento desse intermediário, ou a prova do pagamento.

2. Os Estados-Membros verificarão a correcta aplicação do artigo 20.º do Regulamento (CE) n.º 800/199 à luz das disposições referidas no n.º 1.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

É aplicável às exportações ocorridas após 8 de Março de 2003 e é aplicável até 31 de Dezembro de 2004.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 9 de Janeiro de 2004.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

REGULAMENTO (CE) N.º 41/2004 DA COMISSÃO
de 9 de Janeiro de 2004

que altera e rectifica o anexo do Regulamento (CE) n.º 1259/1999 do Conselho que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1259/1999 do Conselho, de 17 de Maio de 1999, que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 4, segundo travessão, do seu artigo 11.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Nos termos do seu artigo 1.º, o Regulamento (CE) n.º 1259/1999 é aplicável aos pagamentos concedidos directamente aos agricultores a título dos regimes de apoio enunciados no seu anexo.
- (2) A partir de 1 de Maio de 2004, o Regulamento (CE) n.º 1259/1999 será substituído pelo Regulamento (CE) n.º 1782/2003 do Conselho, de 29 de Setembro de 2003, que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores e altera os Regulamentos (CEE) n.º 2019/93, (CE) n.º 1452/2001, (CE) n.º 1453/2001, (CE) n.º 1454/2001, (CE) n.º 1868/94, (CE) n.º 1251/1999, (CE) n.º 1254/1999, (CE) n.º 1673/2000, (CEE) n.º 2358/71, e (CE) n.º 2529/2001 ⁽²⁾. Contudo, o artigo 2.ºA e 11.º do Regulamento (CE) n.º 1259/1999 continuam a ser aplicáveis até 31 de Dezembro de 2005 e os artigos 3, 4.º e 5.º do mesmo regulamento até 31 de Dezembro de 2004. Para efeitos da aplicação desses artigos, o anexo do Regulamento (CE) n.º 1259/1999 continuará a ser aplicado em consequência.
- (3) A lista dos regimes de apoio estabelecida no anexo do Regulamento (CE) n.º 1259/1999 indica os sectores de produtos em causa, as disposições ao abrigo das quais é

pago o apoio no âmbito dos vários regimes e os tipos de pagamentos em causa. Contudo, na sequência da alteração ou revogação e substituição de várias das disposições ou actos citados, estas indicações deixaram de estar actualizadas.

- (4) Certos pagamentos directos abrangidos pelo âmbito de aplicação do Regulamento (CE) n.º 1259/1999 não são mencionadas no seu anexo, quer por omissão, quer por terem sido introduzidos após a adopção do referido regulamento.
- (5) Além disso, há que corrigir os erros na referência à base jurídica no que respeita à carne de bovino, assim como nas notas relativas aos ovinos e caprinos.
- (6) O anexo do Regulamento (CE) n.º 1259/1999 deve ser alterado em conformidade.
- (7) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com os pareceres dos Comitês de Gestão interessados,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

O anexo do Regulamento (CE) n.º 1259/1999 é substituído pelo texto do anexo do presente regulamento.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

É aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2004.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 9 de Janeiro de 2004.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 160 de 26.6.1999, p. 113. Regulamento alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1244/2001 (JO L 173 de 27.6.2001, p. 1).

⁽²⁾ JO L 270 de 21.10.2003, p. 53.

ANEXO

«ANEXO

LISTA DOS REGIMES DE APOIO QUE PREENCHEM OS CRITÉRIOS FIXADOS NO ARTIGO 1.º

Sector	Base jurídica	Notas
Culturas arvenses	Artigos 2.º, 4.º e 5.º do Regulamento (CE) n.º 1251/1999	Pagamentos por superfície, incluindo pagamentos por retirada de terras, pagamentos relativos a forragens de ensilagem, montantes complementares, assim como o complemento e a ajuda específica para o trigo duro
Trigo duro	Título IV, capítulo 1 do Regulamento (CE) n.º 1782/2003	Ajuda à superfície
Proteaginosas	Título IV, capítulo 2 do Regulamento (CE) n.º 1782/2003	Ajuda à superfície
Fécula de batata	N.º 2 do artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 1766/92 Título IV, capítulo 6 do Regulamento (CE) n.º 1782/2003	Pagamento aos agricultores que produzem batatas destinadas ao fabrico de fécula de batata
Leguminosas para grão	Artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 1577/96	Ajuda à superfície
Arroz	Artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 3072/95 Título IV, capítulo 3 do Regulamento (CE) n.º 1782/2003	Ajuda à superfície
Frutos de casca rija	Título IV, capítulo 4 do Regulamento (CE) n.º 1782/2003	Ajuda à superfície
Culturas energéticas	Título IV, capítulo 5 do Regulamento (CE) n.º 1782/2003	Ajuda à superfície
Azeite	N.º 1 do artigo 5.º do Regulamento n.º 136/66/EEC	Ajuda à produção
Bicho-da-seda	Artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 845/72	Ajuda para incentivar a criação
Bananas	Artigo 12.º do Regulamento (CE) n.º 404/93	Ajuda à produção
Uvas secas	N.º 1 do artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 2201/96	Ajuda à superfície
Tabaco	Artigo 3.º do Regulamento (CEE) n.º 2075/92	Ajuda à produção
Sementes	Artigo 3.º do Regulamento (CEE) n.º 2358/71	Ajuda à produção
Lúpulo	Artigo 12.º do Regulamento (CEE) n.º 1696/71	Ajuda à superfície
	Artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1098/98	Pagamentos por superfície apenas para pousio temporário

Sector	Base jurídica	Notas
Carne de bovino	Artigos 4.º, 5.º, 6.º, 10.º, 11.º, 13.º e 14.º do Regulamento (CE) n.º 1254/1999	Prémio especial, prémio de dessazonalização, prémio por vaca em aleitamento (incluindo o prémio para as novilhas e o prémio nacional suplementar por vaca em aleitamento, se co-financiado), prémio ao abate, pagamento por extensificação, pagamentos complementares
Leite e produtos lácteos	Título IV, capítulo 7 do Regulamento (CE) n.º 1782/2003	Prémio relativo aos produtos lácteos e pagamentos complementares
Ovinos e caprinos	Artigos 4.º e 5.º e n.ºs 1 e 2, primeiro, segundo e quarto travessões, do artigo 11.º do Regulamento (CE) n.º 2529/2001	Prémio por ovelha e cabra, prémio complementar e certos pagamentos complementares
Regime agrimonetário	Artigos 4.º e 5.º do Regulamento (CE) n.º 2799/98 Artigos 2.º e 3.º do Regulamento (CE) n.º 2800/98	Pagamentos aos produtores (incluindo os abrangidos pelo regulamento de transição)
Poseidom	Artigo 9.º, n.º 2 do artigo 12.º e artigo 16.º do Regulamento (CE) n.º 1452/2001	Sectores: carne de bovino; baunilha verde; açúcar
Poseima	Artigo 13.º, n.º 2 a 7 do artigo 22.º, artigos 16.º, 17.º, n.º 1 do artigo 28.º, artigos 21.º, 27.º, 29.º e n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 30.º do Regulamento (CE) n.º 1453/2001	Sectores: carne de bovino e leite; batatas; açúcar; vime; ananases; tabaco; batata de semente, chicória e chá
Poseican	Artigos 5.º, 6.º e 14.º do Regulamento (CE) n.º 1454/2001	Sectores: carne de bovino; ovinos e caprinos; batatas
Ilhas do mar Egeu	Artigos 6.º, 8.º, 11.º e 12.º do Regulamento (CEE) n.º 2019/93	Sectores: carne de bovino; batatas; azeitonas; mel»

REGULAMENTO (CE) N.º 42/2004 DA COMISSÃO
de 9 de Janeiro de 2004
relativo à emissão de certificados de importação de alho para o trimestre de 1 de Dezembro de 2003 a 29 de Fevereiro de 2004

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 2200/96 do Conselho, de 28 de Outubro de 1996, que estabelece a organização comum de mercado no sector das frutas e produtos hortícolas ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 47/2003 ⁽²⁾,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 565/2002 da Comissão, de 2 de Abril de 2002, que determina o modo de gestão dos contingentes pautais e institui um regime de certificados de origem relativamente ao alho importado de países terceiros ⁽³⁾, e, nomeadamente, o n.º 2 do seu artigo 8.º,

Considerando o seguinte:

- (1) As quantidades para as quais foram apresentados pedidos de certificados pelos importadores tradicionais e pelos novos importadores em 5 e 6 de Janeiro de 2004, a título do n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 565/2002, excedem as quantidades disponíveis para os produtos originários da Argentina.
- (2) Importa, pois, determinar em que medida podem ser satisfeitos os pedidos de certificados transmitidos à Comissão em 8 de Janeiro de 2004 e fixar as datas até

às quais deverá ser suspensa a emissão de certificados, em função das categorias de importadores e da origem dos produtos,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Os pedidos de certificados de importação apresentados a título do n.º 1 do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 565/2002 em 5 e 6 de Janeiro de 2004 transmitidos à Comissão em 8 de Janeiro de 2004, são satisfeitos até às percentagens das quantidades solicitadas constantes do anexo I.

Artigo 2.º

No respeitante à categoria de importadores e à origem em causa, não será dado seguimento aos pedidos de certificados de importação a título do n.º 1 do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 565/2002, relativos ao trimestre de 1 de Dezembro de 2003 a 29 de Fevereiro de 2004, apresentados após 6 de Janeiro de 2004 e antes da data constante do anexo II.

Artigo 3.º

O presente regulamento entra em vigor em 10 de Janeiro de 2004.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 9 de Janeiro de 2004.

Pela Comissão

J. M. SILVA RODRÍGUEZ

Director-Geral da Agricultura

⁽¹⁾ JO L 297 de 21.11.1996, p. 1.

⁽²⁾ JO L 7 de 11.1.2003, p. 64.

⁽³⁾ JO L 86 de 3.4.2002, p. 11.

ANEXO I

Origem dos produtos	Percentagens de atribuição		
	China	Países terceiros com exceção da China e da Argentina	Argentina
— importadores tradicionais [alínea c) do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 565/2002]	—	—	15,666 %
— novos importadores [alínea e) do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 565/2002]	—	—	15,666 %

X: No respeitante a esta origem, não existe contingente para o trimestre em causa.

—: Não foi apresentado à Comissão qualquer pedido de certificado.

ANEXO II

Origem dos produtos	Datas		
	China	Países terceiros com exceção da China e da Argentina	Argentina
— importadores tradicionais [alínea c) do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 565/2002]	29.2.2004	—	29.2.2004
— novos importadores [alínea e) do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 565/2002]	29.2.2004	29.2.2004	29.2.2004

REGULAMENTO (CE) N.º 43/2004 DA COMISSÃO
de 9 de Janeiro de 2004

que fixa a restituição máxima à exportação de arroz branqueado estufado de grãos longos B com destino a determinados países terceiros no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 1877/2003

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 3072/95 do Conselho, de 22 de Dezembro de 1995, que estabelece a organização comum do mercado do arroz ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 411/2002 da Comissão ⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 13.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Pelo Regulamento (CE) n.º 1877/2003 da Comissão ⁽³⁾, foi aberto um concurso para a determinação da restituição à exportação de arroz.
- (2) Nos termos do artigo 5.º do Regulamento (CEE) n.º 584/75 da Comissão ⁽⁴⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1948/2002 ⁽⁵⁾, a Comissão pode, com base nas propostas apresentadas, segundo o processo previsto no artigo 22.º do Regulamento (CE) n.º 3072/95, decidir sobre a fixação duma restituição máxima à exportação. Para esta fixação devem ser tidos em conta, nomeadamente, os critérios previstos no artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 3072/95. O concurso será atribuído a todo o concorrente cuja proposta se situe ao nível da restituição máxima à exportação ou a um nível inferior.
- (3) A aplicação dos critérios referidos anteriormente à situação actual do mercado do arroz leva a fixar a restituição máxima à exportação no montante referido no artigo 1.º

(4) Com vista a uma gestão mais equilibrada das quantidades exportadas com restituição, é conveniente fixar um coeficiente de atribuição para as propostas situadas ao nível da restituição máxima.

(5) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão dos Cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

A restituição máxima à exportação de arroz branqueado estufado de grãos longos B com destino a certos países terceiros é fixada, com base nas propostas apresentadas de 5 a 8 de Janeiro de 2004, em 285,00 euros/t no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 1877/2003.

Artigo 2.º

Para as propostas situadas ao nível da restituição máxima, é fixado um coeficiente de atribuição de 50 %.

Artigo 3.º

O presente regulamento entra em vigor em 10 de Janeiro de 2004.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 9 de Janeiro de 2004.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 329 de 30.12.1995, p. 18.

⁽²⁾ JO L 62 de 5.3.2002, p. 27.

⁽³⁾ JO L 275 de 25.10.2003, p. 20.

⁽⁴⁾ JO L 61 de 7.3.1975, p. 25.

⁽⁵⁾ JO L 299 de 1.11.2002, p. 18.

REGULAMENTO (CE) N.º 44/2004 DA COMISSÃO
de 9 de Janeiro de 2004

relativo às propostas apresentadas para a expedição de arroz descascado de grãos longos B com destino à ilha da Reunião, no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 1878/2003

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 3072/95 do Conselho, de 22 de Dezembro de 1995, que estabelece a organização comum de mercado do arroz ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 411/2002 da Comissão ⁽²⁾ e, nomeadamente, o n.º 1 do seu artigo 10.º,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 2692/89 da Comissão, de 6 de Setembro de 1989, que estabelece as regras de execução relativas às expedições de arroz para a ilha da Reunião ⁽³⁾, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1453/1999 ⁽⁴⁾, e, nomeadamente, o n.º 1 do seu artigo 9.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 1878/2003 da Comissão ⁽⁵⁾ abriu um concurso para a determinação da subvenção à expedição de arroz com destino à ilha da Reunião.
- (2) Nos termos do artigo 9.º do Regulamento (CEE) n.º 2692/89, a Comissão pode, com base nas propostas apresentadas e segundo o processo previsto no artigo 22.º do Regulamento (CE) n.º 3072/95, decidir não dar seguimento ao concurso.

(3) Tendo em conta, nomeadamente, os critérios previstos nos artigos 2.º e 3.º do Regulamento (CEE) n.º 2692/89, não é indicado proceder-se à fixação de uma subvenção máxima.

(4) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão dos Cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Não é dado seguimento às propostas apresentadas de 5 a 8 de Janeiro de 2004 no âmbito do concurso para a determinação da subvenção à expedição de arroz descascado de grãos longos B do código NC 1006 20 98, com destino à ilha da Reunião, a que se refere o Regulamento (CE) n.º 1878/2003.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 10 de Janeiro de 2004.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 9 de Janeiro de 2004.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 329 de 30.12.1995, p. 18.

⁽²⁾ JO L 62 de 5.3.2002, p. 27.

⁽³⁾ JO L 261 de 7.9.1989, p. 8.

⁽⁴⁾ JO L 167 de 2.7.1999, p. 19.

⁽⁵⁾ JO L 275 de 25.10.2003, p. 23.

REGULAMENTO (CE) N.º 45/2004 DA COMISSÃO
de 9 de Janeiro de 2004

relativo às propostas apresentadas para a exportação de arroz branqueado de grãos redondos com destino a certos países terceiros no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 1875/2003

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 3072/95 do Conselho, de 22 de Dezembro de 1995, relativo à organização comum do mercado do arroz ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 411/2002 da Comissão ⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 13.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Pelo Regulamento (CE) n.º 1875/2003 da Comissão ⁽³⁾, foi aberto um concurso para a determinação da restituição à exportação de arroz.
- (2) Nos termos do artigo 5.º do Regulamento (CEE) n.º 584/75 da Comissão ⁽⁴⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1948/2002 ⁽⁵⁾, com base nas propostas apresentadas, segundo o processo previsto no artigo 22.º do Regulamento (CE) n.º 3072/95, a Comissão pode decidir não dar seguimento ao concurso.

- (3) Tendo em conta, nomeadamente, os critérios previstos no artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 3072/95, não é indicado que se proceda à fixação de uma restituição máxima.
- (4) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão dos Cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Não é dado seguimento às propostas apresentadas de 5 a 8 de Janeiro de 2004 no âmbito do concurso para a determinação da restituição à exportação de arroz branqueado de grãos redondos com destino a certos países terceiros, referido no Regulamento (CE) n.º 1875/2003.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 10 de Janeiro de 2004.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 9 de Janeiro de 2004.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 329 de 30.12.1995, p. 18.

⁽²⁾ JO L 62 de 5.3.2002, p. 27.

⁽³⁾ JO L 275 de 25.10.2003, p. 14.

⁽⁴⁾ JO L 61 de 7.3.1975, p. 25.

⁽⁵⁾ JO L 299 de 1.11.2002, p. 18.

REGULAMENTO (CE) N.º 46/2004 DA COMISSÃO
de 9 de Janeiro de 2004

que fixa a restituição máxima à exportação de arroz branqueado de grãos médios e longos A com destino a certos países terceiros no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 1876/2003

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 3072/95 do Conselho, de 22 de Dezembro de 1995, que estabelece a organização comum do mercado do arroz ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 411/2002 da Comissão ⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 13.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Pelo Regulamento (CE) n.º 1876/2003 da Comissão ⁽³⁾ foi aberto um concurso para a determinação da restituição à exportação de arroz.
- (2) Nos termos do artigo 5.º do Regulamento (CEE) n.º 584/75 da Comissão ⁽⁴⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1948/2002 ⁽⁵⁾, a Comissão pode, com base nas propostas apresentadas segundo o processo previsto no artigo 22.º do Regulamento (CE) n.º 3072/95, decidir sobre a fixação duma restituição máxima à exportação. Para esta fixação devem ser tidos em conta, nomeadamente, os critérios previstos no artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 3072/95. O concurso será atribuído a todo o concorrente cuja proposta se situe ao nível da restituição máxima à exportação ou a um nível inferior.

(3) A aplicação dos critérios referidos anteriormente à situação actual do mercado do arroz em questão leva a fixar a restituição máxima à exportação no montante referido no artigo 1.º

(4) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão dos Cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

A restituição máxima à exportação de arroz branqueado de grãos médios e longos A com destino a certos países terceiros é fixada com base das propostas apresentadas, de 5 a 8 de Janeiro de 2004, em 143,75 euros/t no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 1876/2003.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 10 de Janeiro de 2004.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 9 de Janeiro de 2004.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 329 de 30.12.1995, p. 18.

⁽²⁾ JO L 62 de 5.3.2002, p. 27.

⁽³⁾ JO L 275 de 25.10.2003, p. 17.

⁽⁴⁾ JO L 61 de 7.3.1975, p. 25.

⁽⁵⁾ JO L 299 de 1.11.2002, p. 18.

REGULAMENTO (CE) N.º 47/2004 DA COMISSÃO
de 9 de Janeiro de 2004
que fixa o preço do mercado mundial do algodão não descaroçado

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Protocolo n.º 4 relativo ao algodão, anexo ao Acto de Adesão da Grécia, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1050/2001 do Conselho ⁽¹⁾,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1051/2001 do Conselho, de 22 de Maio de 2001, relativo à ajuda à produção de algodão ⁽²⁾ e, nomeadamente, o seu artigo 4.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Nos termos do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 1051/2001, o preço do mercado mundial do algodão não descaroçado é determinado periodicamente a partir do preço do mercado mundial constatado para o algodão descaroçado, tendo em conta a relação histórica entre o preço aprovado para o algodão descaroçado e o calculado para o algodão não descaroçado. Essa relação histórica foi estabelecida no n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1591/2001 da Comissão, de 2 de Agosto de 2001 ⁽³⁾, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1486/2002 ⁽⁴⁾, que estabelece normas de execução do regime de ajuda para o algodão. Se o preço do mercado mundial não puder ser determinado deste modo, será estabelecido com base no último preço determinado.
- (2) Nos termos do artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 1051/2001, o preço do mercado mundial do algodão não descaroçado é determinado para um produto correspondente a certas características e tendo em conta as ofertas e os cursos mais favoráveis do mercado mundial, de

entre os que são considerados representativos da tendência real do mercado. Para efeitos dessa determinação, tem-se em conta uma média das ofertas e dos cursos constatados numa ou em várias bolsas europeias representativas, para um produto entregue cif num porto da Comunidade e proveniente de diferentes países fornecedores, considerados como os mais representativos para o comércio internacional. Estão, no entanto, previstas adaptações desses critérios para a determinação do preço do mercado mundial do algodão descaroçado, a fim de ter em conta as diferenças justificadas pela qualidade do produto entregue, ou pela natureza das ofertas e dos cursos. Essas adaptações são fixadas no n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1591/2001.

- (3) A aplicação dos critérios supracitados leva a fixar o preço do mercado mundial do algodão descaroçado no nível a seguir indicado,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

O preço do mercado mundial do algodão não descaroçado, referido no artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 1051/2001, é fixado em 32,444 EUR/100 kg.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 10 de Janeiro de 2004.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 9 de Janeiro de 2004.

Pela Comissão

J. M. SILVA RODRÍGUEZ

Director-Geral da Agricultura

⁽¹⁾ JO L 148 de 1.6.2001, p. 1.

⁽²⁾ JO L 148 de 1.6.2001, p. 3.

⁽³⁾ JO L 210 de 3.8.2001, p. 10.

⁽⁴⁾ JO L 223 de 20.8.2002, p. 3.

II

(Actos cuja publicação não é uma condição da sua aplicabilidade)

COMISSÃO

RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO

de 19 de Dezembro de 2003

relativa a um programa coordenado de controlo oficial dos géneros alimentícios para 2004

[notificada com o número C(2003) 4878]

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(2004/24/CE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta a Directiva 89/397/CEE do Conselho, de 14 de Junho de 1989, relativa ao controlo oficial dos géneros alimentícios ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 14.º,

Após consulta do Comité Permanente da Cadeia Alimentar e da Saúde Animal,

Considerando o seguinte:

- (1) É necessário, com vista ao bom funcionamento do mercado interno, elaborar programas coordenados de inspecção dos géneros alimentícios a nível comunitário concebidos para melhorar a aplicação harmonizada dos controlos oficiais por parte dos Estados-Membros.
- (2) Os referidos programas deverão incidir, nomeadamente, na conformidade com a legislação comunitária em matéria de géneros alimentícios, que é especialmente concebida para proteger a saúde pública e os interesses dos consumidores e para garantir boas práticas comerciais.
- (3) O artigo 3.º da Directiva 93/99/CEE do Conselho, de 29 de Outubro de 1993, relativa a medidas adicionais respeitantes ao controlo oficial dos géneros alimentícios ⁽²⁾, alterada pelo Regulamento (CE) n.º 1882/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho ⁽³⁾, exige que os laboratórios referidos no artigo 7.º da Directiva 89/397/CEE satisfaçam os critérios instituídos pela norma europeia EN 45000, actualmente substituída pela EN ISO 17025:2000.

- (4) Os resultados da execução simultânea dos programas nacionais e dos programas coordenados poderão proporcionar informações e experiência susceptíveis de servir de base a legislação e a actividades de controlo futuras,

RECOMENDA:

1. No decurso de 2004, os Estados-Membros devem realizar inspecções e controlos incluindo, sempre que indicado, a recolha de amostras e respectiva análise laboratorial, com o objectivo de:
 - avaliar a segurança bacteriológica de queijos produzidos a partir de leite cru ou termizado,
 - avaliar a segurança bacteriológica da carne fresca refrigerada de aves de capoeira no que se refere à *Campylobacter* termófila,
 - avaliar a segurança bacteriológica e toxicológica de especiarias.
2. Embora a presente recomendação não estabeleça frequências de amostragem e/ou de inspecção, os Estados-Membros deverão garantir que essas são realizadas em número suficiente para proporcionar uma panorâmica desta situação em cada Estado-Membro.
3. Com o objectivo de aumentar a comparabilidade dos resultados, os Estados-Membros deverão fornecer as informações solicitadas utilizando os modelos de formulários estabelecidos no anexo. Esta informação deverá ser enviada à Comissão até 1 de Maio de 2005 e deverá ser acompanhada de um relatório explicativo que deverá incluir comentários sobre os resultados e sobre as medidas de execução tomadas.

⁽¹⁾ JO L 186 de 30.6.1989, p. 23.

⁽²⁾ JO L 290 de 24.11.1993, p. 14.

⁽³⁾ JO L 284 de 31.10.2003, p. 1.

4. Os géneros alimentícios a serem analisados ao abrigo do presente programa deverão ser submetidos a laboratórios que satisfaçam o disposto no artigo 3.º da Directiva 93/99/CEE. Contudo, se não existirem tais laboratórios capazes de efectuar determinadas análises contidas na presente recomendação nos Estados-Membros, estes poderão nomear outros laboratórios que disponham de capacidade para efectuar as referidas análises.
5. Segurança bacteriológica de queijos produzidos a partir de leite cru ou termizado.

5.1. Âmbito do programa

Os queijos contaminados produzidos a partir de leite cru ou termizado têm sido responsáveis por surtos de intoxicação alimentar em humanos provocada por vários tipos de bactérias tais como *Salmonella*, *Listeria monocytogenes*, *Escherichia coli* verotoxigénica e enterotoxinas de *Staphylococcus*.

A Comunidade possui uma longa tradição de produção e de consumo de queijos à base de leite cru. No sentido de dar continuidade a esta tradição, garantindo ao mesmo tempo a segurança dos alimentos, foram efectuadas melhorias consideráveis no sistema de produção, recolha e armazenagem de leite cru utilizado para a produção de queijos. Os operadores alimentares envolvidos atribuem especial atenção em termos de higiene e controlo ao longo de todo o processo de produção.

O objectivo deste elemento do programa é investigar a segurança microbiológica de queijos produzidos a partir de leite cru ou termizado, a fim de promover um elevado nível de protecção do consumidor e de recolher informações quanto à prevalência de organismos patogénicos e microrganismos indicadores naqueles produtos. Esta investigação refere-se a um programa com a duração de um ano que será acompanhada, durante o seu segundo ano, por um programa mais amplo em matéria de segurança bacteriológica dos queijos. A finalidade deste programa mais amplo é estabelecer a contaminação de base noutras categorias de queijo, por forma a permitir alcançar conclusões significativas sobre o risco específico de queijos produzidos a partir de leite cru ou termizado. Os resultados das investigações desta primeira parte sobre queijos produzidos a partir de leite cru e termizado serão analisados e divulgados tendo em conta os resultados das conclusões gerais neste sector que se tornarão disponíveis após o segundo ano.

5.2. Amostragem e método de análise

As investigações devem envolver queijos frescos, de pasta mole e de pasta semi-dura produzidos a partir de leite cru ou termizado. As autoridades competentes dos Estados-Membros deverão colher amostras representativas destes produtos, tanto a nível da produção como do comércio a retalho, incluindo produtos importados, para detectar a presença de *Salmonella*, *Listeria monocytogenes* e *Campylobacter* termófila e a enumeração de *Staphylococcus aureus* e de *Escherichia coli*. Caso se detecte

Listeria monocytogenes, deverá proceder-se à enumeração do número destas bactérias. Sempre que se recolham amostras a nível do comércio a retalho, os testes podem limitar-se à presença de *Salmonella* e de *Campylobacter* termófila e a enumeração de *Listeria monocytogenes*. As amostras, cada uma constituída por cem gramas, no mínimo, ou por um queijo caso este tenha menos de cem gramas, deverão ser manuseadas de forma higiénica, colocadas em recipientes refrigerados e enviadas imediatamente ao laboratório para análise.

Deverá ser permitida aos laboratórios a utilização de um método à sua escolha, desde que os seus níveis de desempenho estejam de acordo com o objectivo a alcançar. No entanto, para a detecção de *Salmonella* recomenda-se a versão mais recente da Norma ISO 6785 ou EN/ISO 6579, para a detecção de *Listeria monocytogenes* recomenda-se a versão mais recente da norma EN/ISO 11290-1, para a detecção de *Campylobacter* termófila recomenda-se a versão mais recente da ISO 10272:1995, para a enumeração de *Staphylococcus aureus* recomenda-se a versão mais recente da EN/ISO 6888-1 ou 2 e para a enumeração de *Escherichia coli* recomenda-se a versão mais recente da Norma ISO 11866-2,3 ou ISO 16649-1,2. Podem também ser utilizados métodos complementares equivalentes, reconhecidos pelas autoridades competentes.

O nível geral da amostragem deverá ser deixado ao critério das autoridades competentes dos Estados-Membros.

Os resultados dos controlos deverão constar do modelo das fichas de registo estabelecido no anexo I.

6. Segurança bacteriológica da carne fresca refrigerada de aves de capoeira no que se refere à *Campylobacter* termófila

6.1. Âmbito do programa

A *Campylobacter* termófila constitui uma causa bacteriana importante de doenças relacionadas com a alimentação nos humanos. O número de casos notificados em humanos tem vindo a aumentar durante os últimos anos e os estudos epidemiológicos revelam que a carne de aves de capoeira é uma fonte importante de infecção e que uma proporção significativa da carne fresca de aves de capoeira para consumo humano se encontra contaminada com esta bactéria.

Não se dispõe, actualmente, de dados científicos suficientes para estabelecer um critério na legislação comunitária para a *Campylobacter* e estão a ser desenvolvidos outros estudos tendentes a uma melhor compreensão da epidemiologia deste patógeno e do papel desempenhado por outros produtos animais e por outros alimentos em geral.

O objectivo deste elemento do programa é avaliar a segurança microbiológica de carne fresca de aves de capoeira, a fim de promover um elevado nível de protecção do consumidor e de recolher informações quanto à prevalência desta bactéria em tais produtos.

6.2. Amostragem e método de análise

As investigações devem envolver carne fresca refrigerada de aves de capoeira, nomeadamente galinha e peru. As autoridades competentes dos Estados-Membros deverão colher amostras representativas destes produtos, tanto a nível do matadouro como do comércio a retalho, incluindo produtos importados para detectar a presença de *Campylobacter* termófila. As amostras, de 10 gramas cada uma colhida da pele do pescoço antes de as carcaças serem refrigeradas ou, sempre que as amostras sejam colhidas a nível do comércio a retalho, 25 gramas ou 25 centímetros quadrados de carne do peito, deverão ser manuseadas de forma higiénica, colocadas em recipientes refrigerados e enviadas imediatamente para o laboratório para análise. Além disso, no sentido de se obter uma melhor comparabilidade dos dados, recomenda-se a realização da amostragem durante o período compreendido entre Maio e Outubro.

Deverá ser permitida aos laboratórios a utilização de um método à sua escolha, desde que os seus níveis de desempenho estejam de acordo com o objectivo a alcançar. No entanto, para a detecção da *Campylobacter* termófila recomenda-se a versão mais recente da Norma ISO 10272:1995. Podem também ser utilizados métodos complementares equivalentes, reconhecidos pelas autoridades competentes.

O nível geral da amostragem deverá ser deixado ao critério das autoridades competentes dos Estados-Membros.

Os resultados destes controlos deverão constar do modelo das fichas de registo estabelecido no anexo II.

7. Segurança bacteriológica e toxicológica de especiarias

7.1. Âmbito do programa

As especiarias, as ervas aromáticas e os condimentos vegetais (especiarias) são importantes pelo seu sabor, cor e aroma característicos. Contudo, as especiarias podem conter um elevado número de microrganismos, incluindo bactérias, bolores e leveduras patogénicas. Se não forem tratadas adequadamente, podem resultar numa rápida deterioração dos alimentos que devem supostamente melhorar. As especiarias foram consideradas como uma das fontes primárias de surtos alimentares quando adicionadas a alimentos nos quais era possível a continuação do crescimento dos patogéneos. Esta possibilidade é maior quando as especiarias são utilizadas em alimentos que não podem ser cabalmente submetidos a tratamento térmico. A contaminação com determinadas estirpes de bolores pode também resultar na produção de toxinas, tais como as aflatoxinas, as quais, caso ultrapassem os teores estabelecidos no Regulamento (CE) n.º 466/2001 da Comissão, de 8 de Março de 2001, que fixa os teores máximos de certos contaminantes presentes nos géneros alimentícios⁽¹⁾, podem colocar riscos graves para a saúde do consumidor.

Os objectivos deste elemento do programa consistem em avaliar a segurança bacteriológica e toxicológica das especiarias, recolher informação sobre a prevalência dos microrganismos patogénicos e verificar que as especiarias colocadas no mercado não ultrapassam os limites de aflatoxinas estabelecidos na legislação comunitária, a fim de garantir um elevado nível de protecção do consumidor.

7.2. Amostragem e método de análise

As autoridades competentes dos Estados-Membros deverão colher amostras representativas de especiarias a nível da importação, ao nível da produção/estabelecimentos de embalagem, a nível comércio grossista, em estabelecimentos que utilizam especiarias na preparação dos alimentos e a nível do comércio a retalho para detectar:

- a) A contagem de *Enterobacteriaceae*, a presença de *Salmonella* e a enumeração de *Bacillus cereus* e de *Clostridium perfringens*.

A contagem de *Enterobacteriaceae* é utilizada como um indicador de possível irradiação ou outros tratamentos semelhantes das especiarias. As amostras, cada uma constituída por cem gramas, no mínimo, ou por uma embalagem, caso esta tenha menos de cem gramas, deverão ser manuseadas de forma higiénica e enviadas imediatamente ao laboratório para análise. É permitida aos laboratórios a utilização de um método à sua escolha, desde que os seus níveis de desempenho estejam de acordo com o objectivo a alcançar. Contudo, recomenda-se a versão mais recente da Norma ISO 6579:2002 para a detecção de *Salmonella*, recomenda-se a versão mais recente da Norma ISO 5552:1997 para a enumeração de *Enterobacteriaceae*, recomenda-se a versão mais recente da Norma ISO 7932:1993 para a enumeração de *Bacillus cereus* e recomenda-se a versão mais recente da Norma ISO 7937:1997 para a enumeração de *Clostridium perfringens*. Podem também ser utilizados métodos complementares equivalentes, reconhecidos pelas autoridades competentes.

O nível geral da amostragem deverá ser deixado ao critério das autoridades competentes dos Estados-Membros.

Deverão constar do modelo das fichas de registo estabelecido no anexo III, secções 1 e 2, os resultados dos controlos seguintes;

- b) Aflatoxinas: os teores não ultrapassam o limite máximo estabelecido na legislação comunitária

As amostras e as análises deverão ser executadas de acordo com a Directiva 98/53/CE da Comissão, de 16 de Julho de 1998, que fixa os métodos de colheita de amostras e os métodos de análise para o controlo oficial dos teores de certos contaminantes nos géneros alimentícios⁽²⁾. Em conformidade com o disposto na referida directiva, o tamanho da amostra deverá ser compreendido entre 1 e 10 kg, dependendo do tamanho do lote a ser controlado.

⁽¹⁾ JO L 77 de 16.3.2001, p. 1.

⁽²⁾ JO L 201 de 17.7.1998, p. 93.

O nível geral da amostragem deverá ser deixado ao critério das autoridades competentes dos Estados-Membros.

Os resultados dos seguintes controlos deverão constar do modelo de fichas de registo estabelecido no anexo IV da presente recomendação.

Feito em Bruxelas, em 19 de Dezembro de 2003.

Pela Comissão
David BYRNE
Membro da Comissão

ANEXO I

Segurança bacteriológica de queijos produzidos a partir de leite cru ou termizado

Estado-Membro: _____

Grupos bacteriológicos / critérios ⁽¹⁾	Fase de amostragem	Identificação do produto	Número de amostras	Resultados das análises ⁽²⁾				Medidas tomadas (número e tipo) ⁽³⁾
				S	A	I		
<i>Salmonella spp.</i> N = 5 c = 0 Ausente em 25 g	Produção	Queijo de pasta mole não curado (queijo fresco)						
		Queijo de pasta mole curado						
		Queijo de pasta semi-dura						
	Retalho	Queijo de pasta mole não curado (queijo fresco)						
		Queijo de pasta mole curado						
		Queijo de pasta semi-dura						
<i>Campylobacter</i> termófilo n = 5 c = 0 Ausente em 25 g	Produção	Queijo de pasta mole não curado (queijo fresco)						
		Queijo de pasta mole curado						
		Queijo de pasta semi-dura						
	Retalho	Queijo de pasta mole não curado (queijo fresco)						
		Queijo de pasta mole curado						
		Queijo de pasta semi-dura						
<i>Staphylococcus aureus</i> n = 5 c = 2 m = 1 000 cfu/g M = 10 000 cfu/g	Produção	Queijo de pasta mole não curado (queijo fresco)						
		Queijo de pasta mole curado						
		Queijo de pasta semi-dura						
	Retalho	Queijo de pasta mole não curado (queijo fresco)						
		Queijo de pasta mole curado						
		Queijo de pasta semi-dura						
<i>Escherichia coli</i> n = 5 c = 2 m = 10 000 cfu/g M = 100 000 cfu/g	Produção	Queijo de pasta mole não curado (queijo fresco)						
		Queijo de pasta mole curado						
		Queijo de pasta semi-dura						
	Retalho	Queijo de pasta mole não curado (queijo fresco)						
		Queijo de pasta mole curado						
		Queijo de pasta semi-dura						
				A	P	≤ 100 cfu/g	> 100 cfu/g	
<i>Listeria monocytogenes</i> n = 5 c = 0 Ausente em 25 g	Produção	Queijo de pasta mole não curado (queijo fresco)						
		Queijo de pasta mole curado						
		Queijo de pasta semi-dura						
	Retalho	Queijo de pasta mole não curado (queijo fresco)						
		Queijo de pasta mole curado						
		Queijo de pasta semi-dura						

⁽¹⁾ O número de amostras a colher pode ser reduzido aquando da amostragem a nível do comércio a retalho. Sempre que seja efectuada uma amostragem reduzida, tal facto deverá ser mencionado no relatório.

⁽²⁾ S = Satisfatório, A = Aceitável, I = Insatisfatório, A = Ausente, P = Presente. No que respeita a *Staphylococcus aureus* e a *Escherichia coli*, o resultado é satisfatório se todos os valores observados forem < m, aceitável se um máximo de c valores se encontrar entre m e M e insatisfatório se um ou mais valores forem > M ou mais do que c valores estiverem entre m e M.

⁽³⁾ Relativamente à notificação de medidas de execução, recomenda-se a utilização das seguintes categorias: advertência verbal, advertência escrita, necessidade de melhoria do controlo interno, necessidade de retirada do produto, sanção administrativa, acção judicial, etc.

ANEXO II

Segurança microbiológica de carne fresca de aves de capoeira
(relativamente a *Campylobacter* termófila)

Estado-Membro: _____

Bactérias patogénicas/critérios ⁽¹⁾	Fase de amostragem	Identificação do produto	Número de amostras	Resultados das análises ⁽²⁾		Medidas tomadas (número e tipo) ⁽²⁾
				Ausente	Presente	
<i>Campylobacter</i> termófilo n=5 c=0 Ausente em 25 g	Produção	Galinha doméstica/frango				
		Peru				
	Retalho	Galinha doméstica/frango				
		Peru				

⁽¹⁾ O número de amostras a colher pode ser reduzido aquando da amostragem a nível do comércio a retalho. Sempre que seja efectuada uma amostragem reduzida, tal facto deverá ser mencionado no relatório.

⁽²⁾ Relativamente à notificação de medidas de execução, recomenda-se a utilização das seguintes categorias: advertência verbal, advertência escrita, necessidade de melhoria do controlo interno, necessidade de retirada do produto, sanção administrativa, acção judicial, etc.

ANEXO III

SECÇÃO 1

Segurança bacteriológica das especiarias

Estado-Membro: _____

Grupos bacteriológicos/critérios ⁽¹⁾	Fase de amostragem	Identificação do produto	Número de amostras	Resultados das análises ⁽²⁾			Medidas tomadas (número e tipo) ⁽³⁾
				S	A	I	
<i>Salmonella spp.</i> N = 5 c = 0 Ausente em 25 g	Importação ou Produção/embalagem ou Por grosso	<i>Capsicum spp.</i>					
		<i>Piper spp.</i>					
		Noz-moscada/Gengibre/Curcuma					
		Outras especiarias e ervas aromáticas					
	Estabelecimento (que utiliza grandes quantidades de especiarias para a preparação de alimentos)	<i>Capsicum spp.</i>					
		<i>Piper spp.</i>					
		Noz-moscada/Gengibre/Curcuma					
		Outras especiarias e ervas aromáticas					
	Retalho	<i>Capsicum spp.</i>					
		<i>Piper spp.</i>					
		Noz-moscada/Gengibre/Curcuma					
		Outras especiarias e ervas aromáticas					
<i>Bacillus cereus</i> N = 5 c = 1 M = 1 000 cfu/g M = 10 000 cfu/g	Importação ou Produção/embalagem ou Por grosso	<i>Capsicum spp.</i>					
		<i>Piper spp.</i>					
		Noz-moscada/Gengibre/Curcuma					
		Outras especiarias e ervas aromáticas					
	Estabelecimento (que utiliza grandes quantidades de especiarias para a preparação de alimentos)	<i>Capsicum spp.</i>					
		<i>Piper spp.</i>					
		Noz-moscada/Gengibre/Curcuma					
		Outras especiarias e ervas aromáticas					
	Retalho	<i>Capsicum spp.</i>					
		<i>Piper spp.</i>					
		Noz-moscada/Gengibre/Curcuma					
		Outras especiarias e ervas aromáticas					

⁽¹⁾ O número de amostras a colher pode ser reduzido aquando da amostragem a nível do comércio a retalho. Sempre que seja efectuada uma amostragem reduzida, tal facto deverá ser mencionado no relatório.

⁽²⁾ S = Satisfatório(s), A = Aceitável(eis), I = Insatisfatório(s). No que respeita a *Bacillus cereus* e a *Clostridium perfringens*, o resultado é satisfatório se todos os valores observados forem < m, aceitável se um máximo de c valores se encontrar entre m e M e insatisfatório se um ou mais valores forem > M ou mais do que c valores estiverem entre m e M.

⁽³⁾ Relativamente à notificação de medidas de execução, recomenda-se a utilização das seguintes categorias: advertência verbal, advertência escrita, necessidade de melhoria do controlo interno, necessidade de retirada do produto, sanção administrativa, acção judicial, etc.

SECÇÃO 2

Segurança bacteriológica das especiarias

Estado Membro: _____

Grupos bacteriológicos / critérios ⁽¹⁾	Fase de amostragem	Identificação do produto	Número de amostras	Resultados das análises ⁽²⁾			Medidas tomadas (número e tipo) ⁽³⁾
				S	A	I	
<i>Clostridium perfringens</i> n = 5 c = 1 m = 100 cfu/g M = 1 000 cfu/g	Importação ou Produção/embalagem ou Por grosso	<i>Capsicum</i> spp.					
		<i>Piper</i> spp.					
		Noz-moscada/Gengibre/Curcuma					
		Outras especiarias e ervas aromáticas					
	Estabelecimento (que utiliza grandes quantidades de especiarias para a preparação de alimentos)	<i>Capsicum</i> spp.					
		<i>Piper</i> spp.					
		Noz-moscada/Gengibre/Curcuma					
		Outras especiarias e ervas aromáticas					
	Retalho	<i>Capsicum</i> spp.					
		<i>Piper</i> spp.					
		Noz-moscada/Gengibre/Curcuma					
		Outras especiarias e ervas aromáticas					
<i>Enterobacteriaceae</i> n = 5 c = 1 m = 10 cfu/g M = 100 cfu/g	Importação ou Produção/embalagem ou Por grosso	<i>Capsicum</i> spp.					
		<i>Piper</i> spp.					
		Noz-moscada/Gengibre/Curcuma					
		Outras especiarias e ervas aromáticas					
	Estabelecimento (que utiliza grandes quantidades de especiarias para a preparação de alimentos)	<i>Capsicum</i> spp.					
		<i>Piper</i> spp.					
		Noz-moscada/Gengibre/Curcuma					
		Outras especiarias e ervas aromáticas					
	Retalho	<i>Capsicum</i> spp.					
		<i>Piper</i> spp.					
		Noz-moscada/Gengibre/Curcuma					
		Outras especiarias e ervas aromáticas					

⁽¹⁾ O número de amostras a colher pode ser reduzido aquando da amostragem a nível do comércio a retalho. Sempre que seja efectuada uma amostragem reduzida, tal facto deverá ser mencionado no relatório.

⁽²⁾ S = Satisfatório(s), A = Aceitável(eis), I = Insatisfatório(s). No que respeita a *Bacillus cereus* e a *Clostridium perfringens*, o resultado é satisfatório se todos os valores observados forem < m, aceitável se um máximo de c valores se encontrar entre m e M e insatisfatório se um ou mais valores forem > M ou mais do que c valores estiverem entre m e M.

⁽³⁾ Relativamente à notificação de medidas de execução, recomenda-se a utilização das seguintes categorias: advertência verbal, advertência escrita, necessidade de melhoria do controlo interno, necessidade de retirada do produto, sanção administrativa, acção judicial, etc.

ANEXO IV

Segurança toxicológica das especiarias

Estado-Membro: _____

Fase de amostragem	Identificação do produto	Número de amostras	Resultados das análises						Medidas tomadas (número e tipo) (1)
			Aflatoxina B1 (µg/kg)			Aflatoxina total (µg/kg)			
			< 2	2-5	> 5	< 4	4-10	> 10	
Importação ou Estabelecimento de embalagem ou Grossista	<i>Capsicum</i> spp.								
	<i>Piper</i> spp.								
	Noz-moscada/Gengibre/Curcuma								
	Outras especiarias e ervas aromáticas								
Estabelecimento (que utiliza grandes quantidades de especiarias para a preparação de alimentos)	<i>Capsicum</i> spp.								
	<i>Piper</i> spp.								
	Noz-moscada/Gengibre/Curcuma								
	Outras especiarias e ervas aromáticas								
Retailho	<i>Capsicum</i> spp.								
	<i>Piper</i> spp.								
	Noz-moscada/Gengibre/Curcuma								
	Outras especiarias e ervas aromáticas								

(1) Relativamente à notificação de medidas de execução, recomenda-se a utilização das seguintes categorias: advertência verbal, advertência escrita, necessidade de melhoria do controlo interno, necessidade de retirada do produto, sanção administrativa, acção judicial, etc.

DECISÃO DA COMISSÃO
de 22 de Dezembro de 2003
que altera a Decisão 2002/657/CE relativamente à definição de limites mínimos de desempenho
requeridos (LMDR) para determinados resíduos em alimentos de origem animal

[notificada com o número C(2003) 4961]

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(2004/25/CE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta a Directiva 96/23/CE do Conselho, de 29 de Abril de 1996, relativa às medidas de controlo a aplicar a certas substâncias e aos seus resíduos nos animais vivos e respectivos produtos e que revoga as Directivas 85/358/CEE e 86/469/CEE e as Decisões 89/187/CEE e 91/664/CEE⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 806/2003⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 1, segundo parágrafo, do seu artigo 15.º,

Considerando o seguinte:

- (1) A presença de resíduos em produtos de origem animal é motivo de preocupação em termos de saúde pública. A Decisão 2002/657/CE da Comissão, de 12 de Agosto de 2002, que dá execução ao disposto na Directiva 96/23/CE do Conselho relativamente ao desempenho de métodos analíticos e à interpretação de resultados⁽³⁾, alterada pela Decisão 2003/181/CE⁽⁴⁾, prevê a definição progressiva dos limites mínimos de desempenho requerido (LMDR) dos métodos analíticos utilizados para substâncias cuja utilização não está autorizada ou está especificamente proibida na Comunidade.
- (2) Em resultado da detecção de resíduos da substância farmacologicamente activa verde de malaquite, cuja utilização em medicamentos veterinários para animais destinados à produção de alimentos não está autorizada na Comunidade, e do seu metabolito verde de leucomalaquite em produtos da aquicultura, foi acordado o nível a estabelecer para LMDR harmonizados para aquela substância em consulta com os Laboratórios Comunitários de Referência, com os Laboratórios Nacionais de Referência e com os Estados-Membros.
- (3) É necessário fornecer níveis harmonizados para o controlo daquela substância, por forma a garantir o mesmo nível de protecção do consumidor na Comunidade.

(4) Deste modo, a Decisão 2002/657/CE deve ser alterada em conformidade.

(5) As medidas previstas na presente decisão estão em conformidade com o parecer do Comité Permanente da Cadeia Alimentar e da Saúde Animal,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

A Decisão 2002/657/CE é alterada do seguinte modo:

1. O artigo 4.º, é substituído pelo seguinte texto:

«*Artigo 4.º*

Os Estados-Membros deverão garantir que os métodos analíticos utilizados para a detecção das seguintes substâncias cumprem os limites mínimos de desempenho requeridos (LMDR) estabelecidos no anexo II relativamente às matrizes aí referidas:

- a) Cloranfenicol;
- b) Metabolitos de nitrofuranos;
- c) Medroxiprogesterona;
- d) Verde de malaquite.».

2. O anexo II da Decisão 2002/657/CE é alterado conforme definido no anexo da presente decisão.

Artigo 2.º

Os Estados-Membros são os destinatários da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 22 de Dezembro de 2003.

Pela Comissão

David BYRNE

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 125 de 23.5.1996, p. 10.

⁽²⁾ JO L 122 de 16.5.2003, p. 1.

⁽³⁾ JO L 221 de 17.8.2002, p. 8.

⁽⁴⁾ JO L 71 de 15.3.2003, p. 17.

ANEXO

A Decisão 2002/657/CE da Comissão é alterada do seguinte modo:

É aditada ao anexo II a seguinte linha:

«Substância e/ou metabolito	Matrizes	LMDR
Somatório de verde de malaquite e de verde de leucomalaquite	Carne dos produtos de aquicultura	2 µg/kg»

**DECISÃO DA COMISSÃO
de 22 de Dezembro de 2003**

relativa à contribuição financeira da Comunidade para um programa de luta contra os organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais nos departamentos franceses ultramarinos para 2003

[notificada com o número C(2003) 4974]

(Apenas faz fé o texto em língua francesa)

(2004/26/CE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1452/2001 do Conselho, de 28 de Junho de 2001, que estabelece medidas específicas relativas a determinados produtos agrícolas a favor dos departamentos franceses ultramarinos ⁽¹⁾, que altera a Directiva 72/462/CEE e revoga os Regulamentos (CEE) n.º 525/77 e (CEE) n.º 3763/91 (Poseidom), alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1782/2003 ⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 20.º,

Tendo em conta os programas de luta contra os organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais nos departamentos franceses ultramarinos apresentados pela França,

Considerando o seguinte:

- (1) A Decisão 93/522/CEE da Comissão, de 30 de Setembro de 1993, relativa à definição das medidas elegíveis para financiamento comunitário respeitantes aos programas de luta contra os organismos prejudiciais às plantas e produtos vegetais nos departamentos franceses ultramarinos e nos arquipélagos dos Açores e da Madeira ⁽³⁾, alterada pela Decisão 96/633/CE ⁽⁴⁾ define as medidas elegíveis para financiamento ao abrigo de programas de luta contra os organismos prejudiciais às plantas e produtos vegetais nos departamentos franceses ultramarinos e nos arquipélagos dos Açores e da Madeira.
- (2) As condições específicas da produção agrícola nos departamentos franceses ultramarinos requerem uma atenção especial. Devem ser adoptadas ou reforçadas nesses departamentos medidas no sector da produção vegetal, nomeadamente no domínio fitossanitário.
- (3) Essas medidas a adoptar ou a reforçar no domínio fitossanitário têm um custo especialmente elevado.
- (4) O programa dessas medidas foi apresentado à Comissão pelas autoridades competentes francesas; o programa específica os objectivos a alcançar, as acções a realizar, a sua duração e o seu custo, com vista a uma possível contribuição financeira da Comunidade.

- (5) Nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Regulamento (CE) n.º 1452/2001, a participação comunitária pode cobrir até 60 % das despesas elegíveis, excluindo-se as medidas de protecção das bananas.
- (6) Em conformidade com o n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1258/1999 do Conselho ⁽⁵⁾, as acções no domínio veterinário e fitossanitário, executadas segundo as regras comunitárias, são financiadas ao abrigo da secção Garantia do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola. Para efeitos de controlo financeiro, aplica-se o disposto nos artigos 8.º e 9.º deste regulamento.
- (7) As informações técnicas apresentadas pela França permitem ao Comité Fitossanitário Permanente analisar a situação de forma rigorosa e abrangente.
- (8) As medidas previstas na presente decisão estão em conformidade com o parecer do Comité Fitossanitário Permanente,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

É aprovada a contribuição financeira da Comunidade para o programa oficial de luta contra os organismos prejudiciais às plantas e aos produtos vegetais nos departamentos franceses ultramarinos, apresentado pela República Francesa para 2003.

Artigo 2.º

O programa oficial inclui quatro subprogramas:

1. Um subprograma de análise de risco fitossanitário dos organismos prejudiciais pertinentes para os departamentos franceses ultramarinos (Martinica, Guadalupe, Guiana, Reunião).

⁽¹⁾ JO L 198 de 21.7.2001, p. 11.

⁽²⁾ JO L 270 de 21.10.2003, p. 1.

⁽³⁾ JO L 251 de 8.10.1993, p. 35.

⁽⁴⁾ JO L 283 de 5.11.1996, p. 58.

⁽⁵⁾ JO L 160 de 26.6.1999, p. 103.

2. Um subprograma elaborado para o departamento da Martinica que abrange três acções:
 - avaliação e diagnóstico fitossanitários,
 - luta contra os organismos prejudiciais ao cultivo de tomate,
 - criação de uma base de dados sobre práticas fitossanitárias.
3. Um subprograma elaborado para o departamento de Guadalupe que abrange três acções:
 - avaliação e diagnóstico fitossanitários,
 - criação de uma base de dados sobre organismos prejudiciais,
 - criação de organismos entomófagos.
4. Um subprograma elaborado para o departamento da Guiana que abrange duas acções:
 - avaliação e diagnóstico fitossanitários, boas práticas agrícolas,
 - melhoria dos conhecimentos necessários para a revisão do quadro jurídico no domínio fitossanitário.

Artigo 3.º

A contribuição financeira da Comunidade para o programa apresentado pela República Francesa em 2003 é de 60 % das despesas relativas às medidas elegíveis definidas na Decisão 93/522/CEE da Comissão, com um máximo de 227 400 euros (excluído o IVA).

O plano financeiro do programa, que inclui o custo e o respectivo financiamento, consta do anexo I da presente decisão.

Artigo 4.º

Será pago à República Francesa um adiantamento de 100 000 euros no prazo de 60 dias a contar da publicação da presente decisão.

Artigo 5.º

1. O período de elegibilidade dos custos relacionados com este projecto terá início em 1 de Outubro de 2003 e terminará em 30 de Setembro de 2004.
2. Em derrogação ao n.º 1, será concedido financiamento comunitário a custos relativamente aos quais as autoridades oficiais competentes tenham apresentado à Comissão um pedido devidamente justificado de prolongamento do prazo de pagamento, antes de 30 de Setembro de 2004.

3. O período de execução das acções pode ser prolongado excepcionalmente apenas mediante acordo expresso por escrito das partes antes da conclusão das acções.

Artigo 6.º

A contribuição financeira comunitária será concedida desde que a aplicação do programa seja conforme às disposições pertinentes da legislação comunitária, incluindo regras de concorrência e de contratação pública, e que não tenha sido ou venha a ser solicitada qualquer outra contribuição comunitária relativamente às mesmas medidas.

Artigo 7.º

1. As despesas reais efectuadas devem ser apresentadas à Comissão discriminadas por tipo de acção ou subprograma, de forma a evidenciar a relação entre o plano financeiro indicativo e as despesas realmente efectuadas. Essa apresentação pode ser feita sob a forma electrónica.

2. A Comissão pode, mediante pedido devidamente justificado da França, ajustar os planos de financiamento até um limite de 15 % da contribuição comunitária para um subprograma ou uma medida relativamente à totalidade do período, desde que o montante total de custos elegíveis previstos no programa não seja ultrapassado e que tal não implique o comprometimento dos objectivos principais do programa.

3. Todos os pagamentos da ajuda concedida pela Comunidade no âmbito da presente decisão devem ser efectuados à República Francesa, que também será responsável pelo reembolso à Comunidade de qualquer montante excedentário.

Artigo 8.º

A República Francesa assegurará o respeito das disposições financeiras e das políticas comunitárias, bem como o fornecimento da informação à Comissão, referidos no anexo II.

Artigo 9.º

A República Francesa é a destinatária da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 22 de Dezembro de 2003.

Pela Comissão

David BYRNE

Membro da Comissão

ANEXO I

Quadro financeiro para 2003*(em euros)*

	Contribuição CE	Contribuição nacional	Despesas elegíveis em 2003
Análise de risco fitossanitário	51 000	34 000	85 000
Martinica	75 000	50 000	125 000
Guadalupe	49 200	32 800	82 000
Guiana	52 200	34 800	87 000
Total	227 400	151 600	379 000

ANEXO II

I. Disposições de aplicação do programa Acompanhamento e avaliação**I. Comité de Acompanhamento**

1. Criação

Independentemente do financiamento da presente acção, é criado um comité de acompanhamento do programa composto por representantes da França e da Comissão. Incumbir-lhe-á fazer regularmente o ponto da situação da aplicação do programa e propor, se for caso disso, as adaptações necessárias.

2. O comité deve adoptar o seu regulamento interno no prazo de um mês a contar da notificação da presente decisão a França.

3. Competências do comité de acompanhamento

O comité:

- tem por responsabilidade geral assegurar o bom desenrolar do programa para a consecução dos objectivos fixados. A competência do comité exerce-se em relação às medidas do programa e nos limites da ajuda comunitária concedida. O comité deve velar pelo cumprimento das disposições regulamentares, nomeadamente em matéria de elegibilidade das operações e dos projectos,
- deve tomar posição, com base nas informações relativas à selecção dos projectos já aprovados e realizados, quanto à aplicação dos critérios de selecção definidos no programa,
- deve propor qualquer medida necessária para acelerar a aplicação do programa caso as informações fornecidas periodicamente pelos indicadores de acompanhamento e de avaliação intercalares revelem um atraso,
- emite pareceres sobre as adaptações propostas à Comissão,
- emite pareceres sobre os projectos de assistência técnica previstos no programa,
- emite parecer sobre o relatório final,
- apresentará um relatório, durante o período pertinente, ao Comité Fitossanitário Permanente sobre os progressos do programa e as despesas incorridas.

II. Acompanhamento e avaliação do programa durante a sua aplicação (acompanhamento e avaliação contínuos)

1. O organismo nacional responsável pela aplicação do programa é igualmente responsável pelo acompanhamento e pela avaliação contínuos do programa.

2. Por «acompanhamento contínuo», entende-se um sistema de informações sobre o estado de realização do programa. O acompanhamento contínuo diz respeito às medidas que se inscrevem no âmbito do programa. O acompanhamento contínuo utiliza indicadores financeiros e físicos estruturados de modo a permitir uma avaliação da forma como as despesas consagradas a cada medida correspondem a indicadores físicos pré-definidos que indicam o grau de realização da medida.

3. A avaliação contínua do programa inclui uma análise dos resultados quantitativos da sua aplicação, baseada em considerações operacionais, jurídicas e de procedimento. O objectivo consiste em garantir a conformidade das medidas com os objectivos do programa.

Relatório de aplicação e avaliação do programa

4. A França deve comunicar à Comissão, o mais tardar um mês após a adopção do programa, o nome da autoridade responsável pela elaboração e apresentação do relatório final de aplicação.

O relatório final deve conter uma avaliação concisa do conjunto do programa (nível de realização dos objectivos físicos e qualitativos e dos progressos alcançados), bem como uma avaliação do impacto fitossanitário e económico imediato.

O relatório final relativo ao presente programa deve ser apresentado pela autoridade competente à Comissão, o mais tardar, até 15 de Outubro de 2004 e, em seguida, ao Comité Fitossanitário Permanente logo que possível após essa data.

5. A Comissão pode, em conjunto com a França, recorrer a um avaliador independente. O avaliador procederá, com base no acompanhamento contínuo, à avaliação contínua definida no ponto 3. Pode apresentar propostas de adaptação dos subprogramas e/ou medidas, ou de alteração dos critérios de selecção dos projectos, etc., tendo em conta as dificuldades encontradas durante a respectiva aplicação. Com base no acompanhamento da gestão, deve emitir um parecer sobre as medidas administrativas a tomar.

II. Respeito das políticas comunitárias

O programa deve ser aplicado de acordo com as disposições em matéria de coordenação e no respeito das políticas comunitárias. A França deve fornecer a seguinte informação no relatório final.

Protecção do ambiente

a) Informações gerais

- descrição dos principais elementos e problemas do ambiente na região em questão, que contenha, entre outras, uma descrição das zonas importantes para a conservação (zonas sensíveis),
- descrição exhaustiva dos efeitos positivos e negativos importantes que o programa, devido aos investimentos previstos, possa ter no ambiente,
- descrição das medidas previstas para evitar, reduzir ou compensar eventuais efeitos nefastos importantes sobre o ambiente,
- relatório sobre os resultados das consultas às autoridades responsáveis pelo ambiente (parecer do ministério do ambiente ou seu equivalente) e, caso tenham sido realizadas, das consultas ao público interessado.

b) Descrição das medidas previstas

No que diz respeito às medidas do programa que podem ter um impacto negativo importante no ambiente:

- processos que serão aplicados para avaliar os projectos individuais durante a aplicação do programa,
 - disposições previstas para controlar os efeitos no ambiente durante a aplicação do programa, para avaliar os resultados e para eliminar, reduzir ou compensar as consequências negativas.
-

DECISÃO DA COMISSÃO

de 23 de Dezembro de 2003

que altera a Decisão 2003/678/CE relativa a uma primeira participação financeira da Comunidade nas despesas elegíveis com a erradicação da gripe aviária nos Países Baixos em 2003

[notificada com o número C(2003) 4980]

(Apenas faz fé o texto em língua neerlandesa)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(2004/27/CE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta a Decisão 90/424/CEE do Conselho, de 26 de Junho de 1990, relativa a determinadas despesas no domínio veterinário⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 3.º e o n.º 3 do seu artigo 5.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Foram tomadas várias medidas, desde Março de 2003, para evitar a propagação da gripe aviária nos Países Baixos, através de uma série de decisões, tendo a mais recente sido a Decisão 2003/290/CE da Comissão, de 25 de Abril de 2003, relativa a medidas de protecção contra a gripe aviária nos Países Baixos⁽²⁾.
- (2) Na Decisão 2003/290/CE, e em duas decisões que precederam essa decisão, nomeadamente as Decisões 2003/214/CE⁽³⁾ e 2003/258/CE⁽⁴⁾ da Comissão, solicitou-se aos Países Baixos que garantissem o despovoamento preventivo das explorações de aves de capoeira em risco e o abate dessas e outras aves consideradas em risco nas zonas submetidas a restrições e em zonas delimitadas.
- (3) Os Países Baixos tomaram as medidas de precaução necessárias para evitar a propagação da gripe aviária.
- (4) A gripe aviária representa um grave perigo para os efectivos comunitários. Consequentemente, a fim de impedir a propagação dessa doença e contribuir para a sua erradicação, a Comunidade deve participar nas despesas elegíveis suportadas pelos Países Baixos. Assim, é adequado que a Comunidade conceda aos Países Baixos uma participação financeira ao abrigo da Decisão 90/424/CEE, de modo a cobrir as despesas relativas às medidas de precaução adoptadas em 2003.

(5) A Decisão 2003/678/CE da Comissão, de 24 de Setembro de 2003, relativa a uma primeira participação financeira da Comunidade nas despesas elegíveis com a erradicação da gripe aviária nos Países Baixos em 2003⁽⁵⁾ previa um adiantamento de 10 milhões de euros para o abate obrigatório de animais e a destruição obrigatória dos ovos, em 2003. Todavia, é agora possível calcular com maior exactidão o montante das indemnizações a pagar.

(6) Os Países Baixos apresentaram também dados sobre as despesas efectuadas com a execução das medidas impostas pelas Decisões 2003/214/CE, 2003/258/CE e 2003/290/CE.

(7) De acordo com essa informação, o custo total da indemnização dos proprietários dos animais e dos ovos, sem prejuízo do resultado dos procedimentos judiciais, estima-se em 82,6 milhões de euros.

(8) Desde que as dotações necessárias sejam disponibilizadas em 2003, é adequado que a União Europeia participe nas despesas suportadas pelos Países Baixos, aumentando o nível do adiantamento até 40 milhões de euros.

(9) Os Países Baixos entregaram, em 21 de Outubro de 2003, um pedido justificado no sentido de alargar o prazo de apresentação do pedido de indemnização concedida pela destruição de ovos de incubação e abate de pintos do dia no seguimento das restrições impostas ao transporte, em conformidade com a Directiva 90/425/CEE do Conselho, de 26 de Junho de 1990, relativa aos controlos veterinários e zootécnicos aplicáveis ao comércio intracomunitário de certos animais vivos e produtos, na perspectiva da realização do mercado interno⁽⁶⁾; as disposições do n.º 3 do artigo 3.º devem ser actualizadas nesse sentido.

(10) As medidas previstas na presente decisão estão em conformidade com o parecer do Comité Permanente da Cadeia Alimentar e da Saúde Animal,

⁽¹⁾ JO L 224 de 18.8.1990, p. 19. Decisão com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 806/2003 (JO L 122 de 16.5.2003, p. 1).

⁽²⁾ JO L 105 de 26.4.2003, p. 28. Decisão com a última redacção que lhe foi dada pela Decisão 2003/443/CE (JO L 150 de 18.6.2003, p. 64).

⁽³⁾ JO L 81 de 28.3.2003, p. 48.

⁽⁴⁾ JO L 95 de 11.4.2003, p. 65.

⁽⁵⁾ JO L 249 de 1.10.2003, p. 53.

⁽⁶⁾ JO L 224 de 18.8.1990, p. 29. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 2002/33/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 315 de 19.11.2002, p. 14).

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

A Decisão 2003/678/CE é alterada do seguinte modo:

1. O título da Decisão 2003/678/CE é substituído pelo seguinte:

«Decisão 2003/678/CE relativa à participação financeira da Comunidade nas despesas elegíveis com a erradicação da gripe aviária nos Países Baixos em 2003».
2. A alínea a) do artigo 1.º passa a ter a seguinte redacção:
 - «a) Pela indemnização rápida e adequada dos proprietários pelos animais abatidos e pelos ovos destruídos, em conformidade com:
 - o artigo 10.º da Directiva 90/425/CEE,
 - o artigo 5.º da Directiva 92/40/CEE, e
 - o artigo 3.º das Decisões 2003/214/CE, 2003/258/CE e 2003/290/CE, no âmbito de medidas obrigatórias de erradicação, como se refere no n.º 2, primeiro e sétimo travessões, do artigo 3.º da Decisão 90/424/CEE, relacionadas com o aparecimento de focos de gripe aviária que se verificaram em 2003, tomadas ao abrigo das disposições acima indicadas e em conformidade com a presente decisão.»
3. O n.º 3 do artigo 3.º passa a ter a seguinte redacção:

«3. Sempre que os pagamentos de indemnizações feitos pelos Países Baixos ao abrigo do artigo 5.º da Directiva 92/40/CEE e do artigo 3.º das Decisões 2003/214/CE, 2003/258/CE e 2003/290/CE sejam efectuados após o prazo de 90 dias estabelecido na alínea a) do artigo 2.º, os montantes elegíveis devem ser reduzidos, a título de despesas efectuadas após fim de prazo, da seguinte forma:

 - 25 % para pagamentos efectuados entre 91 e 105 dias após o abate dos animais ou a destruição dos ovos,
 - 50 % para pagamentos efectuados entre 106 e 120 dias após o abate dos animais ou a destruição dos ovos,
 - 75 % para pagamentos efectuados entre 121 e 135 dias após o abate dos animais ou a destruição dos ovos,
 - 100 % para pagamentos efectuados para além de 136 dias após o abate dos animais ou a destruição dos ovos.

Sempre que os pagamentos de indemnizações feitos pelos Países Baixos ao abrigo do artigo 10.º da Directiva 90/425/CEE sejam efectuados mais de 60 dias após a notificação da presente decisão, os montantes elegíveis deverão ser reduzidos, a título de despesas efectuadas após fim de prazo, da seguinte forma:

- 25 % para pagamentos efectuados entre 61 e 75 dias,

- 50 % para pagamentos efectuados entre 76 e 90 dias,
- 75 % para pagamentos efectuados entre 91 e 105 dias,
- 100 % para pagamentos efectuados para além de 106 dias.».

4. O artigo 4.º é alterado do seguinte modo:

a) O n.º 1 passa a ter a seguinte redacção:

«1. Dependendo dos resultados dos eventuais controlos referidos no artigo 5.º, e desde que as dotações necessárias sejam disponibilizadas, será pago um adiantamento de 40 milhões de euros com base nos documentos comprovativos apresentados pelos Países Baixos relativos à indemnização rápida e adequada dos proprietários pelo abate obrigatório de animais e pela destruição obrigatória de ovos em 2003, ao abrigo do artigo 10.º da Directiva 90/425/CEE, do artigo 5.º da Directiva 92/40/CEE e do artigo 3.º das Decisões 2003/214/CE, 2003/258/CE e 2003/290/CE.».

b) O n.º 3 passa a ter a seguinte redacção:

«3. O pedido mencionado no n.º 2, alínea a), deve ser apresentado num formato informatizado em conformidade com:

- os anexos I A e I B, 60 dias para as indemnizações referidas na alínea a), segundo travessão, do artigo 1.º após o levantamento das restrições previstas na Decisão 2003/428/CE da Comissão (*) e 90 dias para as indemnizações referidas na alínea a), primeiro e terceiro travessões, do artigo 1.º, após notificação da presente decisão,
- o anexo II num prazo de seis meses após o levantamento das restrições referidas no primeiro travessão.

Quando esses prazos não forem observados, a participação financeira da Comunidade será reduzida em 25 % por cada mês de atraso. Contudo, a pedido justificado dos Países Baixos, a Comissão pode alargar esses prazos.

(*) JO L 144 de 12.6.2003, p. 15.».

Artigo 2.º

O Reino dos Países Baixos é o destinatário da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 23 de Dezembro de 2003.

Pela Comissão

David BYRNE

Membro da Comissão

DECISÃO DA COMISSÃO

de 23 de Dezembro de 2003

que altera as Decisões 2002/799/CE e 2002/943/CE no que diz respeito à reafecção da participação financeira da Comunidade aos programas dos Estados-Membros de erradicação e vigilância de doenças dos animais e às acções de controlo com vista à prevenção de zoonoses em 2003

[notificada com o número C(2003) 5014]

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(2004/28/CE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta a Decisão 90/424/CEE do Conselho, de 26 de Junho de 1990, relativa a determinadas despesas no domínio veterinário ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 5 do seu artigo 24.º e os seus artigos 29.º e 32.º,

Considerando o seguinte:

- (1) A Decisão 90/424/CEE prevê a possibilidade de uma participação financeira da Comunidade na erradicação e vigilância de doenças dos animais e em acções de controlo com vista à prevenção de zoonoses.
- (2) A Decisão 2002/799/CE da Comissão ⁽²⁾ estabelece a lista de programas de erradicação e vigilância de determinadas doenças dos animais e a lista de programas de controlo para a prevenção de zoonoses elegíveis para uma participação financeira da Comunidade em 2003. Essa decisão fixa igualmente a taxa e o montante máximo da participação propostos para cada programa.
- (3) A Decisão 2002/943/CE da Comissão ⁽³⁾ aprova os programas enumerados na Decisão 2002/799/CE e estabelece os montantes máximos de participação financeira da Comunidade.
- (4) A Comissão analisou os relatórios relativos às despesas dos programas enviados pelos Estados-Membros. Os resultados desta análise indicam que determinados Estados-Membros não utilizarão a totalidade dos montantes que lhes foram atribuídos em 2003, enquanto outros os excederão.
- (5) Por conseguinte, a participação financeira da Comunidade em alguns desses programas deve ser reajustada. É, por isso, adequado reafectar os fundos dos programas dos Estados-Membros que não utilizam a totalidade dos montantes que lhes foram atribuídos aos que ultrapassam o valor do mesmo. A reafecção deverá basear-se na informação mais recente sobre as despesas realmente efectuadas pelos Estados-Membros em causa.
- (6) As Decisões 2002/799/CE e 2002/943/CE deverão ser alteradas em conformidade.

- (7) As medidas previstas na presente decisão estão em conformidade com o parecer do Comité Permanente da Cadeia Alimentar e da Saúde Animal,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

Os anexos I e II da Decisão 2002/799/CE são alterados de acordo com o anexo da presente decisão.

Artigo 2.º

A Decisão 2002/943/CE é alterada do seguinte modo:

1. No n.º 2 do artigo 6.º, «70 000 euros» é substituído por «0 euros».
2. No n.º 2 do artigo 7.º, «225 000 euros» é substituído por «0 euros».
3. No n.º 2 do artigo 9.º, «5 000 000 euros» é substituído por «5 200 000 euros».
4. No n.º 2 do artigo 14.º, «1 800 000 euros» é substituído por «2 250 000 euros».
5. No n.º 2 do artigo 20.º, «250 000 euros» é substituído por «70 000 euros».
6. No n.º 2 do artigo 21.º, «600 000 euros» é substituído por «700 000 euros».
7. No n.º 2 do artigo 23.º, «1 800 000 euros» é substituído por «1 600 000 euros».
8. No n.º 2 do artigo 26.º, «800 000 euros» é substituído por «1 050 000 euros».
9. No n.º 2 do artigo 30.º, «600 000 euros» é substituído por «350 000 euros».
10. No n.º 2 do artigo 36.º, «150 000 euros» é substituído por «30 000 euros».
11. No n.º 2 do artigo 37.º, «5 000 euros» é substituído por «15 000 euros».
12. No n.º 2 do artigo 38.º, «150 000 euros» é substituído por «250 000 euros».

⁽¹⁾ JO L 224 de 18.9.1990, p. 19. Decisão com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 806/2003 (JO L 122 de 16.5.2003, p. 1).

⁽²⁾ JO L 277 de 15.10.2002, p. 27.

⁽³⁾ JO L 326 de 3.12.2002, p. 12.

13. No n.º 2 do artigo 39.º, «700 000 euros» é substituído por «650 000 euros».
14. No n.º 2 do artigo 40.º, «5 000 euros» é substituído por «0 euros».
15. No n.º 2 do artigo 41.º, «300 000 euros» é substituído por «250 000 euros».
16. No n.º 2 do artigo 45.º, «1 000 000 euros» é substituído por «1 040 000 euros».

Artigo 3.º

Os Estados-Membros são os destinatários da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 23 de Dezembro de 2003.

Pela Comissão

David BYRNE

Membro da Comissão

ANEXO

Os anexos I e II da Decisão 2002/799/CE são alterados do seguinte modo:

1. O anexo I passa a ter a seguinte redacção:

«ANEXO I

Lista de programas de erradicação e vigilância de doenças dos animais

Taxa e montante propostos para a participação financeira da Comunidade

Doença	EstadoMembro	Taxa	Montante proposto (EUR)
Peste suína africana/clássica	Itália (Sardenha)	50 %	225 000
Doença de Aujeszky	Bélgica	50 %	500 000
	Irlanda	50 %	50 000
	Espanha	50 %	100 000
	Portugal	50 %	100 000
Febre catarral	Espanha	50 %	30 000
	França	50 %	200 000
	Itália	50 %	600 000
Brucelose dos bovinos	Grécia	50 %	150 000
	Espanha	50 %	2 800 000
	França		0
	Irlanda	50 %	5 200 000
	Itália	50 %	750 000
	Portugal	50 %	1 500 000
Tuberculose dos bovinos	Grécia	50 %	100 000
	Espanha	50 %	5 000 000
	Irlanda	50 %	2 250 000
	Itália	50 %	800 000
	Portugal	50 %	150 000
Peste suína clássica	Bélgica	50 %	100 000
	Alemanha	50 %	1 040 000
	Luxemburgo	50 %	80 000
Leucose enzoótica dos bovinos	Itália	50 %	50 000
	Portugal	50 %	400 000
Brucelose dos ovinos e dos caprinos (<i>B.melitensis</i>)	Grécia	50 %	700 000
	Espanha	50 %	6 000 000
	França	50 %	70 000
	Itália	50 %	1 800 000
	Portugal	50 %	1 600 000
Poseidom (1)	França	50 %	250 000

Doença	EstadoMembro	Taxa	Montante proposto (EUR)
Raiva	Bélgica	50 %	50 000
	Alemanha	50 %	950 000
	França	50 %	130 000
	Luxemburgo		0
	Áustria	50 %	175 000
	Finlândia	50 %	35 000
Doença vesiculosa do suíno Peste suína clássica	Itália	50 %	400 000
Tremor epizoótico	Espanha	50 %	150 000
	Alemanha	50 %	140 000
	Grécia	50 %	320 000
	França	50 %	1 050 000
	Itália	50 %	300 000
	Países Baixos	50 %	350 000
	Áustria	50 %	35 000
	Suécia	50 %	5 000
TOTAL			36 685 000

(¹) Pericardite exsudativa dos ruminantes, babesiose e anaplasiose transmitidas por insectos vectores nos departamentos franceses ultramarinos.»

2. O anexo II é substituído pelo seguinte:

«ANEXO II

Lista de programas de controlo para a prevenção de zoonoses

Taxa e montante propostos para a participação financeira da Comunidade

Zoonoses	Estado-Membro	Taxa	Montante proposto (EUR)
Salmonelas	Dinamarca	50 %	250 000
	França	50 %	650 000
	Irlanda		0
	Países Baixos	50 %	250 000
	Áustria	50 %	15 000
TOTAL			1 165 000»

DECISÃO DA COMISSÃO

de 23 de Dezembro de 2003

que altera as Decisões 2002/798/CE e 2002/934/CE relativamente à reatribuição da participação financeira da Comunidade para os programas de vigilância de EET dos Estados-Membros para 2003

[notificada com o número C(2003) 5026]

(2004/29/CE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta a Decisão 90/424/CEE do Conselho, de 26 de Junho de 1990, relativa a determinadas despesas no domínio veterinário ⁽¹⁾, e, nomeadamente, os n.ºs 5 e 6 do seu artigo 24.º,

Considerando o seguinte:

- (1) A Decisão 2002/798/CE da Comissão, de 14 de Outubro de 2001, relativa à lista de programas de vigilância das encefalopatias espongiformes transmissíveis elegíveis para uma participação financeira da Comunidade em 2003 ⁽²⁾ enumera os programas de vigilância das encefalopatias espongiformes transmissíveis (EET), apresentados pelos Estados-Membros à Comissão, elegíveis para uma participação financeira da Comunidade em 2003. Essa decisão fixa igualmente a taxa e o montante de participação propostos para cada programa.
- (2) A Decisão 2002/934/CE da Comissão, de 28 de Novembro de 2002, que aprova os programas de vigilância das encefalopatias espongiformes transmissíveis de determinados Estados-Membros para 2003 e fixa a participação financeira da Comunidade ⁽³⁾ aprova os programas enumerados na Decisão 2002/798/CE e estabelece os montantes máximos de participação financeira da Comunidade.
- (3) A Decisão 2002/934/CE prevê relatórios sobre o estado de avanço enviados todos os meses pelos Estados-Membros à Comissão. Uma análise destes relatórios indica que determinados Estados-Membros não utilizarão na totalidade os fundos disponibilizados em 2003, enquanto outros efectuarão a vigilância para além do número de testes financiados. É, por isso, adequado redistribuir o financiamento dos Estados-Membros que não utilizam os fundos disponíveis para os que ultrapassam o valor do mesmo.
- (4) As Decisões 2002/798/CE e 2002/934/CE deverão ser alteradas em conformidade.

- (5) As medidas previstas na presente decisão estão em conformidade com o parecer do Comité Permanente da Cadeia Alimentar e da Saúde Animal,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

O anexo da Decisão 2002/798/CE é alterado em conformidade com o anexo constante da presente decisão.

Artigo 2.º

A Decisão 2002/934/CE é alterada do seguinte modo:

1. No n.º 2 do artigo 1.º, «4 719 000 euros» é substituído por «4 430 730 euros».
2. No n.º 2 do artigo 2.º, «2 977 000 euros» é substituído por «2 906 920 euros».
3. No n.º 2 do artigo 3.º, «20 723 000 euros» é substituído por «19 527 350 euros».
4. No n.º 2 do artigo 4.º, «975 000 euros» é substituído por «753 570 euros».
5. No n.º 2 do artigo 5.º, «5 984 000 euros» é substituído por «6 442 930 euros».
6. No n.º 2 do artigo 6.º, «30 554 000 euros» é substituído por «33 461 590 euros».
7. No n.º 2 do artigo 7.º, «9 577 000 euros» é substituído por «7 996 480 euros».
8. No n.º 2 do artigo 8.º, «6 952 000 euros» é substituído por «7 374 940 euros».
9. No n.º 2 do artigo 9.º, «198 000 euros» é substituído por «230 690 euros».
10. No n.º 2 do artigo 10.º, «6 312 000 euros» é substituído por «5 650 110 euros».
11. No n.º 2 do artigo 11.º, «2 455 000 euros» é substituído por «2 401 430 euros».
12. No n.º 2 do artigo 12.º, «1 059 000 euros» é substituído por «1 250 030 euros».
13. No n.º 2 do artigo 13.º, «1 402 000 euros» é substituído por «1 438 450 euros».
14. No n.º 2 do artigo 14.º, «440 000 euros» é substituído por «461 780 euros».

⁽¹⁾ JO L 224 de 18.9.1990, p. 19. Decisão com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 806/2003 (JO L 122 de 16.5.2003, p. 1.)

⁽²⁾ JO L 277 de 15.10.2002, p. 25.

⁽³⁾ JO L 324 de 29.11.2002, p. 73.

Artigo 3.º

Os Estados-Membros são os destinatários da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 23 de Dezembro de 2003.

Pela Comissão
David BYRNE
Membro da Comissão

ANEXO

O anexo da Decisão 2002/798/CE é substituído pelo anexo seguinte:

«ANEXO

Lista de programas de vigilância das encefalopatias espongiformes transmissíveis

Montante máximo proposto para a participação financeira da Comunidade

(em euros)

Doença	Estado-Membro	Percentagem — compra dos kits de ensaio	Montante máximo
EET	Bélgica	100 %	4 430 730
	Dinamarca	100 %	2 906 920
	Alemanha	100 %	19 527 350
	Grécia	100 %	753 570
	Espanha	100 %	6 442 930
	França	100 %	33 461 590
	Irlanda	100 %	7 996 480
	Itália	100 %	7 374 940
	Luxemburgo	100 %	230 690
	Países Baixos	100 %	5 650 110
	Áustria	100 %	2 401 430
	Portugal	100 %	1 250 030
	Finlândia	100 %	1 438 450
	Suécia	100 %	461 780
	Total		94 327 000»

DECISÃO DA COMISSÃO

de 23 de Dezembro de 2003

que estabelece condições específicas para a importação de moluscos bivalves, equinodermos, tunicados e gastrópodes marinhos, transformados ou congelados, provenientes do Peru e que revoga as Decisões 2001/338/CE e 95/174/CE

[notificada com o número C(2003) 5053]

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(2004/30/CE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta a Directiva 91/492/CEE do Conselho, de 15 de Julho de 1991, que estabelece as normas sanitárias que regem a produção e a colocação no mercado de moluscos bivalves vivos ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 3, alínea b), do seu artigo 9.º,

Tendo em conta a Directiva 91/493/CEE do Conselho, de 22 de Julho de 1991, que adopta as normas sanitárias relativas à produção e à colocação no mercado dos produtos da pesca ⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 1 do seu artigo 11.º,

Considerando o seguinte:

- (1) A Decisão 95/174/CE da Comissão, de 7 de Março de 1995, que fixa as condições especiais de importação de moluscos bivalves, equinodermos, tunicados e gastrópodes marinhos originários do Peru ⁽³⁾, estabelece as condições sanitárias a respeitar ao importar moluscos bivalves vivos do Peru.
- (2) Na sequência das deficiências observadas durante a inspecção realizada no Peru, em Abril de 2001, a Comissão adoptou a Decisão 2001/338/CE, de 27 de Abril de 2001, relativa a certas medidas de protecção no que diz respeito aos moluscos bivalves provenientes ou originários do Peru ⁽⁴⁾. Além disso, a missão de inspecção constatou que não haviam sido exportados moluscos vivos do Peru e que nenhuma medida de luta contra as doenças dos moluscos havia sido adoptada pela autoridade competente do Peru.
- (3) Uma nova inspecção realizada no Peru, em Maio de 2002, revelou progressos satisfatórios no que se refere às condições sanitárias e à rectificação das dificuldades relativas ao controlo sanitário realizado pelas autoridades peruanas. Estes resultados permitiram à Comissão adoptar a Decisão 2003/509/CE da Comissão, de 10 de Julho de 2003, que altera a Decisão 2001/338/CE relativa a certas medidas de protecção no que diz respeito aos moluscos bivalves provenientes ou originários do Peru ⁽⁵⁾.

- (4) As garantias oferecidas actualmente pelas autoridades competentes, com base em documentação comprovativa, demonstram que foram rectificadas as dificuldades detectadas durante a missão de inspecção. Assim, uma vez que as medidas de protecção previstas na Decisão 2001/338/CE deixaram de ser necessárias, a referida decisão deve ser revogada.
- (5) Além disso, o Peru deseja exportar para a Comunidade unicamente moluscos bivalves, equinodermos, tunicados e gastrópodes marinhos, transformados ou congelados, que tenham sido esterilizados ou submetidos a um tratamento térmico, de acordo com os requisitos estabelecidos na Decisão 2003/774/CE da Comissão, de 30 de Outubro de 2003, que aprova certos tratamentos destinados a inibir o desenvolvimento dos microrganismos patogénicos nos moluscos bivalves e nos gastrópodes marinhos ⁽⁶⁾. Consequentemente, as condições específicas de importação devem aplicar-se apenas aos moluscos bivalves congelados e transformados e as zonas de produção em que é permitida a colheita de moluscos bivalves, equinodermos, tunicados e gastrópodes marinhos devem ser designadas, de acordo com o n.º 4, alínea b), do artigo 3.º da Directiva 91/493/CEE. Por conseguinte, importa estabelecer novas condições específicas de importação e revogar em conformidade a Decisão 95/174/CE.
- (6) As outras condições de importação devem ser aquelas já estabelecidas na Decisão 95/173/CE da Comissão, de 7 de Março de 1995, que fixa as condições especiais de importação dos produtos da pesca e da aquicultura originários do Peru ⁽⁷⁾.
- (7) As medidas previstas na presente decisão estão em conformidade com o parecer do Comité Permanente da Cadeia Alimentar e da Saúde Animal,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

O «Ministerio de la Salud, Dirección General de Salud Ambiental (DIGESA)» é a autoridade competente no Peru para verificar e certificar a conformidade dos moluscos bivalves, equinodermos, tunicados e gastrópodes marinhos com os requisitos da Directiva 91/492/CEE.

⁽¹⁾ JO L 268 de 24.9.1991, p. 1, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 806/2003 (JO L 122 de 16.5.2003, p. 1).

⁽²⁾ JO L 268 de 24.9.1991, p. 15, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 806/2003.

⁽³⁾ JO L 116 de 23.5.1995, p. 47.

⁽⁴⁾ JO L 120 de 28.4.2001, p. 45.

⁽⁵⁾ JO L 174 de 12.7.2003, p. 40.

⁽⁶⁾ JO L 283 de 31.10.2003, p. 78.

⁽⁷⁾ JO L 116 de 23.5.1995, p. 41, alterada pela Decisão 95/311/CE (JO L 186 de 5.8.1995, p. 78).

Artigo 2.º

1. Os moluscos bivalves, equinodermos, tunicados e gastrópodes marinhos, transformados ou congelados, originários do Peru e destinados ao consumo humano devem provir das zonas de produção autorizadas que figuram no anexo à presente decisão.

2. As remessas devem respeitar as condições estabelecidas na Decisão 95/173/CE.

Artigo 3.º

São revogadas as Decisões 95/174/CE e 2001/338/CE.

Artigo 4.º

A presente decisão é aplicável a partir de 13 de Janeiro de 2004.

Artigo 5.º

Os Estados-Membros são os destinatários da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 23 de Dezembro de 2003.

Pela Comissão

David BYRNE

Membro da Comissão

ANEXO

ZONAS DE PRODUÇÃO QUE SATISFAZEM AS CONDIÇÕES FIXADAS NA DIRECTIVA 91/492/CEE

Número	Designação	Localização	Categoria ⁽¹⁾
001	Pucusana	Pucusana-Lima	a
002	Guaynuna	Casma-Ancash	a
003	La Mina/Bahía de Lagunillas	Pisco-Ica	a
004	Isla Tortuga	Casma-Ancash	a
005	Bahía de Independencia	Pisco-Ica	a
006	Bahía de Paracas	Pisco-Ica	a
007	Playa Jaguay	Chincha-Ica	a
008	Playa La Antena	Chincha-Ica	a

⁽¹⁾ Esta classificação corresponde aos critérios definidos no ponto 1 do capítulo I do anexo à Directiva 91/492/CEE.

(Actos adoptados em aplicação do título V do Tratado da União Europeia)

POSIÇÃO COMUM 2004/31/PESC DO CONSELHO
de 9 de Janeiro de 2004
relativa à imposição de um embargo à exportação de armas, munições e equipamento militar para o Sudão

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado da União Europeia e, nomeadamente, o seu artigo 15.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Através da Decisão 94/165/PESC⁽¹⁾, o Conselho impôs um embargo ao envio de armas, munições e equipamento militar para o Sudão, abrangendo também a transferência de tecnologia militar.
- (2) Atendendo à guerra civil em curso naquele país, o Conselho considera apropriado manter o embargo da União Europeia ao envio de armas para o Sudão. O objectivo político da União Europeia é o de promover uma paz duradoura e a reconciliação no Sudão.
- (3) O embargo deverá permitir isenções para fins humanitários ao actual embargo de armas e permitir operações de desminagem a empreender no Sudão.
- (4) O embargo de armas deverá também ser reforçado de modo a abranger a consultoria e assistência técnicas relacionadas com armas e a assistência financeira para o fornecimento de armas e a assistência técnica conexa, mas deverá também permitir certas isenções a essa assistência para fins humanitários, inclusive no que se refere ao equipamento e material para operações de desminagem, a autorizar pelos Estados-Membros.
- (5) É conveniente consolidar estas medidas num único instrumento e revogar a Decisão 94/165/PESC.
- (6) É necessária uma acção da Comunidade para dar execução a determinadas medidas,

APROVOU A PRESENTE POSIÇÃO COMUM:

Artigo 1.º

1. São proibidos a venda, o fornecimento, a transferência ou a exportação para o Sudão, por nacionais dos Estados-Membros ou a partir dos territórios dos Estados-Membros, ou utilizando navios ou aviões que arvoem o seu pavilhão, de armamento e material conexo de qualquer tipo, incluindo armas e munições,

veículos e equipamentos militares, equipamentos paramilitares e respectivas peças sobresselentes, originários ou não daqueles territórios.

2. É igualmente proibido:

- a) Conceder, vender, fornecer ou transferir assistência técnica, serviços de intermediação e outros serviços relacionados com actividades militares e com o fornecimento, o fabrico, a manutenção ou a utilização de armamento e material conexo de qualquer tipo, incluindo armas e munições, veículos e equipamentos militares, equipamentos paramilitares e respectivas peças sobresselentes, directa ou indirectamente, a qualquer pessoa, entidade ou organismo do Sudão ou para utilização neste país;
- b) Financiar ou prestar assistência financeira relativa a actividades militares, incluindo em particular subvenções, empréstimos e seguros de crédito à exportação, para qualquer venda, fornecimento, transferência ou exportação de armamento e material conexo, directa ou indirectamente, a qualquer pessoa, entidade ou organismo do Sudão ou para utilização neste país.

Artigo 2.º

1. O artigo 1.º não se aplica:

- a) À venda, fornecimento, transferência ou exportação de equipamento militar não letal destinado exclusivamente a ser utilizado para fins humanitários ou de protecção, ou no âmbito de programas de desenvolvimento institucional da ONU, da União Europeia e da Comunidade, ou de material destinado a ser utilizado em operações de gestão de crises conduzidas pela União Europeia e pela ONU;
- b) À venda, fornecimento, transferência ou exportação de equipamento de desminagem e de material a ser utilizado em operações de desminagem;
- c) Ao financiamento e à prestação de assistência financeira relacionados com o referido equipamento;
- d) À prestação de assistência técnica relacionada com o referido equipamento,

desde que as exportações em causa tenham sido previamente aprovadas pela autoridade competente do Estado-Membro interessado.

⁽¹⁾ JO L 75 de 17.3.1994, p. 1.

2. O artigo 1.º não se aplica ao vestuário de protecção, incluindo coletes anti-estilhaço e capacetes militares, temporariamente exportado para o Sudão pelo pessoal das Nações Unidas, pelo pessoal da União Europeia, da Comunidade ou dos seus Estados-Membros, pelos representantes dos meios de comunicação social e pelos trabalhadores das organizações humanitárias e de desenvolvimento, bem como pelo pessoal a eles associado, exclusivamente para seu uso pessoal.

3. Os Estados-Membros devem apreciar caso a caso as entregas ao abrigo do presente artigo, tendo devidamente em conta os critérios fixados no código de conduta da União Europeia relativo à exportação de armas, aprovado em 8 de Junho de 1998. Os Estados-Membros devem exigir salvaguardas adequadas contra a utilização indevida de autorizações concedidas ao abrigo do presente artigo, devendo, sempre que necessário, tomar medidas para o repatriamento do equipamento.

Artigo 3.º

Para efeitos da presente posição comum, entende-se por «assistência técnica» qualquer apoio técnico relacionado com reparação, desenvolvimento, fabrico, montagem, ensaio, manutenção ou qualquer outro serviço técnico, podendo assumir formas tais como instrução, aconselhamento, formação, transmissão de conhecimentos práticos ou de capacidades ou de serviços de consultoria. A assistência técnica inclui formas orais de assistência.

Artigo 4.º

Os Estados-Membros devem informar imediatamente os restantes Estados-Membros e a Comissão das medidas adoptadas ao abrigo da presente posição comum e fornecer-lhes quaisquer outras informações pertinentes com ela relacionadas, que tenham ao seu dispor.

Artigo 5.º

A fim de aumentar o mais possível o impacto das medidas acima referidas, a União Europeia deve incentivar países não membros a adoptarem medidas semelhantes às previstas na presente posição comum.

Artigo 6.º

A presente posição comum será revista 12 meses após a sua aprovação e, ulteriormente, de 12 em 12 meses. Será revogada se o Conselho considerar que os seus objectivos foram atingidos.

Artigo 7.º

É revogada a Decisão 94/165/PESC.

Artigo 8.º

A presente posição comum produz efeitos à data da sua aprovação.

Artigo 9.º

A presente posição comum será publicada no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Feito em Bruxelas, em 9 de Janeiro de 2004.

Pelo Conselho
O Presidente
B. COWEN

RECTIFICAÇÕES

Rectificação ao Regulamento (CE) n.º 1789/2003 da Comissão, de 11 de Setembro de 2003, que altera o anexo I do Regulamento (CEE) n.º 2658/87 do Conselho relativo à Nomenclatura Pautal e Estatística e à Pauta Aduaneira Comum

(«Jornal Oficial da União Europeia» L 281 de 30 de Outubro de 2003)

Na página 6, no capítulo 50, no número de página:

em vez de: «331»,

deve ler-se: «336».

Na página 7:

— no capítulo 72, no número de página:

em vez de: «436»,

deve ler-se: «437»,

— no capítulo 84, no número de página:

em vez de: «502»,

deve ler-se: «503»,

— no capítulo 86, no número de página:

em vez de: «585»,

deve ler-se: «586».

Na página 8, no anexo 1, no número de página:

em vez de: «651»,

deve ler-se: «653».

Na página 191, na nota complementar 5, na terceira linha:

em vez de: «... 2712 90 99, 2713 90 e 2901 10 10 ...»,

deve ler-se: «... 2712 90 99, e 2713 90 ...».

Na página 204:

— no código NC 2825 90 60, a terceira coluna:

em vez de: «1,1»,

deve ler-se: «Isenção»,

— no código NC 2825 90 80, na terceira coluna:

em vez de: «6»,

deve ler-se: «5,5».

Na página 206, no código NC 2834 21 00 na terceira coluna:

em vez de: «6,1»,

deve ler-se: «5,5».

Na página 210, no código NC 2849 10 00, na terceira coluna:

em vez de: «7,2»,

deve ler-se: «5,5».

Na página 231, no código NC 2936 24 00, na segunda coluna:

em vez de: «... D-ou ...»,

deve ler-se: «... D- ou ...».

Na página 335, na nota de subposições 1 h), na última linha:

em vez de: «Em (qualquer ...)»,

deve ler-se: «(Em qualquer ...)».

Na página 456, no código NC 7302 30 00, na terceira coluna:

em vez de: «Isenção»,

deve ler-se: «2,7».

Na página 479:

— no código NC 7603 10 00, na terceira coluna:

em vez de: «5,1»,

deve ler-se: «5»,

— no código NC 7603 20 00, na terceira coluna:

em vez de: «5,3»,

deve ler-se: «5».

Na página 481, no código NC 7610 10 00, na terceira coluna:

em vez de: «6,2»,

deve ler-se: «6».

Na página 731, na primeira coluna:

em vez de: «2902 19 99»,

deve ler-se: «2902 19 80»;

em vez de: «2902 90 80»,

deve ler-se: «2902 90 90»;

em vez de: «2905 49 90»,

deve ler-se: «2905 49 80».

Na página 734, na primeira coluna:

em vez de: «2914 70 90»,

deve ler-se: «2914 70 00».

Na página 735, na primeira coluna:

em vez de: «2918 29 90»,

deve ler-se: «2918 29 80».

Na página 753, na primeira coluna:

em vez de: «2930 90 12»,

deve ler-se: «2930 90 13».

Nas páginas 757, 758 e 759, na primeira coluna:

em vez de: «2932 99 95»,

deve ler-se: «2932 99 85».

Na página 814, na primeira coluna:

em vez de: «2939 99 90»,

deve ler-se: «2939 99 00».

Na página 815, na primeira coluna:

em vez de: «2939 99 90»,

deve ler-se: «2939 99 00»;

em vez de: «2940 00 90»,

deve ler-se: «2940 00 00».

Na página 823, na primeira coluna:

em vez de: «3203 00 19»,

deve ler-se: «3203 00 10».

Na página 825, na primeira coluna:

em vez de: «3913 90 80»,

deve ler-se: «3913 90 00».

Na primeira 837, na primeira coluna:

em vez de: «2914 70 90»,

deve ler-se: «2914 70 00».

Na página 838, na primeira coluna:

em vez de: «2918 29 90»,

deve ler-se: «2918 29 80».

Na página 842, na primeira coluna:

em vez de: «2932 99 95»,

deve ler-se: «2932 99 85».

Na página 850, na primeira coluna:

em vez de: «2939 99 90»,

deve ler-se: «2939 99 00»;

em vez de: «2940 00 90»,

deve ler-se: «2940 00 00».